



Vol. 6 N.1
ISSN - 1677-7220
Janeiro a Junho de 2007

Revista



BIBLIOMAR

Um novo olhar para o conhecimento

Publicação Semestral do Curso de Biblioteconomia
Universidade Federal do Maranhão

**Revista
Bibliomar
Vol. 6 - N. 1
jan./ jun. 2007**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Prof. Natalino Salgado
Reitor

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Prof. Dr. César Augusto Castro
Diretor

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Prof. Ms. Maria da Glória Serra P. de Alencar
Chefe do Departamento

Prof. Dr. Cenivalva Miranda de Sousa Teixeira
Coordenadora

Prof. Ms. Rita Gonçalves Marques Portella
Ferreira
Professora da disciplina Política Editorial

EXPEDIENTE

EDITOR
Prof. Ms. Rita Gonçalves Marques Portella
Ferreira

Editor Assistente
Leandro Carlos de Carvalho Silva

Comissão Captação de Originais
Ana Lourdes dos Anjos Costa - Coordenadora
Alexandra Martins
Soraia Vieira de Albuquerque
Samara Ribeiro Brandão

Comissão Comunicação e Divulgação
Janaina Moraes Costa - Coordenadora
Marcela Leite Camtoudry
Alice Beatriz Mendes dos Santos
Nayara Costa Pinheiro

Comissão Editorial
Leandro Carlos de Carvalho Silva - Coordenador
Poliana Gonçalves Nogueira
Milenna Palácio

Comissão de Patrocínio
Marrhiette Sousa Martins - Coordenadora
Christiane Camilla Feitosa de Oliveira
Poliana de Oliveira Ferreira

Comissão de Finanças
Eucilene Fonseca Costa - Coordenador
Nadia Maria dos Santos Moreira
Leila de Cácia Spindola Silva
Marta Coêlho Coutinho

Comissão de Comercialização
Renata Marques Santos - Coordenadora
Edvan Henrique Abreu Correia
Gracimar Costa

End: Av. dos Portugueses, s/n
Campus Universitário do Bacanga
São Luís - Maranhão
CEP: 65.080-040



Um novo olhar para o conhecimento

ARTIGOS

A NORMALIZAÇÃO À LUZ DO AMBIENTE EMPRESARIAL	5
Poliana Gonçalves Nogueira, Ana Lourdes dos Anjos Costa	
ASPECTOS DA PRÉ-HISTÓRIA DO LIVRO	23
Ana Lourdes dos Anjos Costa, Leila de Cácia Spindola Silva, Marhiette Sousa Martins, Nádia Mana dos Santos Moreira, Nayara Costa Pinheiro, Poliana Gonçalves Nogueira	
BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: uma interdisciplinaridade na construção do arquivo sonoro da Rádio Universidade FM.....	50
Cleyciane Cassia Moreira Pereira	
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTADO, BIBLIOTECAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MARANHÃO: as parciais de uma realidade	83
Lúia Cláudio Borges	
MÚSICA: uma prática de leitura.....	103
Alice Beatriz Mendes dos Santos, Gleice Melo da Silva	
AULA DA SAUDADE	114
ENTREVISTA	117

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Edição e Capa: Leandro Carlos de Carvalho Silva
Revisão de Normalização: Poliana Gonçalves Nogueira
Revisão de Edição: Leandro Carlos de Carvalho Silva
Impressão: Gráfica JK
Tiragem: 100 exemplares
Consultores Ad Hoc: Prof^o Dr. César Augusto Castro
Prof^a Ms. Fátima Braga
Prof^a Esp. Maria Cléa Nunes
Prof^a Ms. Cláudia Pecegueiro
Prof^a Dr. Maria Mayre Ferreira

Distribuição: Comissão de Comunicação e Divulgação
Universidade Federal do Maranhão - Centro de Ciências Sociais
Coordenação Curso de Biblioteconomia
End.: Av. dos Portugueses, S/N
Campus Universitário do Bacanga
São Luis - Maranhão - CEP: 65.080-040

As informações expressas na **Revista Bibliomar** são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Revista Bibliomar/Curso de Biblioteconomia. - v.6, n.1 (2007)

— São Luis:UFMA, 2007

v. 6 : 30 cm

Semestral.

ISSN -1677-7220

1. Biblioteconomia - Periódicos I. Universidade Federal do Maranhão. Curso de Biblioteconomia

CDD 020 5
CDU 02 (05)

Editorial

Lançar mais um número da Revista Bibliomar constitui um motivo de orgulho traduzido como mais um desafio. Pois, na atualidade e diante da realidade das Universidades Públicas Brasileiras a publicação regular e semestral, de um periódico científico resultante da produção acadêmica de um curso, não é, realmente uma tarefa fácil.

Diante deste contexto, os alunos do sexto período – semestre 2007.1 da disciplina Política Editorial tem o prazer de lançar o volume 6, número 1 da Revista Bibliomar.

Este número está constituído por cinco artigos produzidos pelos alunos dos diversos períodos do curso de biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, e que são resultantes de práticas científicas extraídas nas demais disciplinas do citado curso. Este número ainda contempla a Aula da Saudade, proferida pela professora Maria Cléa Nunes por ocasião da

finalização da 2006.2, e uma entrevista com o reitor eleito para gestão 2007-2011, o professor Dr. Natalino Salgado Filho, que gentilmente, aceitou o convite que lhe foi feito, em cuja oportunidade expressou as suas metas para a UFMA, durante o seu mandato.

Comissão Editorial

A NORMALIZAÇÃO À LUZ DO AMBIENTE EMPRESARIAL*

Poliana Gonçalves Nogueira
Ana Lourdes dos Anjos Costa****

RESUMO

Analisa a importância da normalização nas empresas. Resulta de uma pesquisa bibliográfica, onde se utilizou os livros dos autores T. R. B. Sands e Franklin Cláudio Rache Souto, textos da internet dos autores Marcos Antonio Lima de Oliveira e Fundação Certi e algumas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas). Define a normalização como uma atividade que busca a qualificação de produtos e serviços de maneira organizada e padronizada no Brasil. Identifica os princípios de avaliação das normas, assim como, seus objetivos e seus níveis. Enfatiza a importância para uma empresa implantar a normalização nos seus serviços, os meios dessa implantação e os resultados que irá obter. Na conclusão reflete sobre a temática, mostra os prejuízos que uma empresa pode ter quando não adota uma padronização e os benefícios para obter a eficiência e a eficácia no mundo globalizado.

Palavras-chave: Normalização. Empresa. Padronização. Qualificação.

1 INTRODUÇÃO

A normalização está presente na vida das pessoas desde a mais tenra idade em toda a sociedade, portanto, "[...] é

* Artigo apresentado à disciplina Normalização ministrada pela Pro^{fa} Ms. Fátima Braga

** Estudantes do 6º período do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET).

tão antiga quanto a história da civilização [...]” (OLIVEIRA, [199-?], p. 1). A mudança que ocorreu na normalização a partir do século XX, foi a maneira como aborda-la, pois a partir desse século, vivemos em uma sociedade globalizada, e a “[...] normalização surgiu como chave para abrir muitas portas e também como uma disciplina que deve ser aceita por qualquer comunidade civilizada, se é que se quer tirar bom proveito das mercadorias e dos serviços.” (SANDERS, 1984, p. 17).

“Normalização é a maneira de organizar atividades pela criação e utilização de regras e normas, publicação e promoção do emprego destas normas e regras, visando contribuir para o desenvolvimento econômico e social de uma Nação.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS, [199-?], p. 1). Toda atividade humana supõe o uso de normas para simplificar procedimentos, melhorar a comunicação, garantir maior economia de recursos, prestar segurança à vida, imprimir qualidade a produtos/bens/serviços e facilitar o intercâmbio.

O homem utilizou a normalização para reorganizar e normalizar situações incômodas do seu dia-a-dia, pois a mesma é uma atividade que busca a qualificação de produtos e serviços de maneira organizada.

Diante destas considerações, este artigo pretende, a partir de pesquisas bibliográficas, tratar sobre a normalização, tendo por objetivos resgatar o seu histórico no Brasil, apresentar os seus níveis e abordar sobre a normalização nas empresas resultando em uma reflexão acerca dos possíveis prejuízos para

as elas em caso de utilização incorreta das normas.

2 PANORAMA HISTÓRICO DA NORMALIZAÇÃO

A normalização surgiu a partir da necessidade da comunicação oral. Esse sentimento acompanhou a evolução da civilização e se estendeu através do comércio que estabeleceu um padrão de valor, ou seja, cunhou as primeiras moedas em metais nobres (ouro e prata) e padronizou as medidas de peso e comprimento. A partir daí se estabeleceu tolerâncias para as medições (metro, quilograma, etc.), demonstrando a necessidade de padronização.

Segundo Souto (1991, p. 34 - 39) no último quarto do século XIX e no princípio do século XX ocorreram no Brasil eventos normativos, como:

- a) em 1876, foi constituída uma Comissão composta de eminentes engenheiros, como André Rebouças, Pereira Passos, Charles F. Hartt, Visconde do Rio Branco e outros para a elaboração de uma terminologia técnica, abrangendo os diversos ramos da engenharia da época. Não sabe ao certo qual foi o resultado da comissão, mas publicaram um Vocabulário Técnico da Arte de Construir e das Ciências Acessórias em três idiomas (português, francês e inglês);
- b) em 1889, publicaram o trabalho Regras Preventivas

- de Incêndio nas indústrias elétricas, de autoria do Centro Técnico dos Eletricistas Brasileiros;
- c) em 1924, o Ministro da Viação determinou à Inspetoria Federal de Estradas que estudasse um trem-tipo, atualizando a bitola métrica, padronização dos engates e dos freios ferroviários;
- d) a partir de 1927, o antigo Laboratório de Ensaios de Matérias da escola Politécnica de São Paulo preparou e emitiu várias especificações de materiais e métodos de ensaios de materiais, por exemplo: especificação para cimento Portland e método de ensaio de cimento Portland;
- e) em 1929, na Câmara Federal o Deputado Ranulpho Bocayuva Cunha apresentou um projeto de lei para a criação de um instituto nacional de padrões.

Apenas em 1940 a normalização foi formalmente constituída no Brasil, quando um grupo de brasileiros (engenheiros, técnicos de laboratórios e professores universitários) liderados por Atry Torres e Paulo Accyoli de Sá, fundaram a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sociedade sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública pela Lei nº. 4.150, de 21 de dezembro de 1962. Entretanto, só a partir da Segunda Guerra Mundial a atividade sofreu impulso significativo.

Os Estados Unidos, devido ao ataque japonês a Pearl Harbour, viram-se envolvidos num esforço de guerra para o qual eles não haviam se preparado. De repente tiveram que adaptar suas indústrias, especialmente

as mecânicas e metalúrgicas, para produzir canhões, aviões, navios, fuzis, etc. Como eles tinham que trabalhar contra o tempo, às atividades de fabricação foi dividido entre as diversas empresas que tinham maior afinidade com a produção daquele item específico. As peças passaram a ser produzidas em locais distantes geograficamente e enviadas para um local onde era feita a montagem dos armamentos. Para que isso funcionasse foi necessário que se investisse em padronização de medidas e tolerâncias para que as diversas peças se encaixassem entre si. (OLIVEIRA, [199_?], p. 34).

Em 1947 foi criada a International Standardization Organization (ISSO) – Organização Internacional para Normalização. Essa entidade foi formada pelos órgãos de normalização de cada país, tendo como objetivo principal - buscar uma padronização a nível mundial de forma a facilitar o comércio entre os países.

Em 1973, pela Lei nº. 5.966, de 11 de dezembro, o Governo criou o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO), com dois órgãos principais, um normativo – o CONMETRO (Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e outro executivo – o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).

No dia 30 de dezembro de 1983, pela Resolução nº. 14, do CONMETRO, a ABNT foi credenciada como o fórum nacional para a normalização.

3 PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA NORMALIZAÇÃO

O começo da normalização é o esforço consciente da redução para proporções adequadas. Para Sanders (1894, p. 26 - 28) a normalização possui sete princípios:

- a) princípio 1: Ato de simplificação (resultado do esforço consciente da sociedade e prevenção da complexidade desnecessária);
- b) princípio 2: Atividade social e econômica (promovida através do consenso geral);
- c) princípio 3: Implantação da norma;
- d) princípio 4: Seleção das normas;
- e) princípio 5: Normas examinadas a intervalos regulares e revisadas quando for o caso;
- f) princípio 6: Conformidade do produto;
- g) princípio 7: Obrigatoriedade legal de normas nacionais.

É importante considerar a normalização como uma atividade e diferenciar os objetivos dessa atividade, os métodos e os meios empregados para conseguir atingi-los.

Na prática, a Normalização está presente na fabricação dos produtos, na transferência de tecnologia, na melhoria da qualidade de vida através de normas relativas à saúde, à segurança e à preservação do meio ambiente.

Dependendo do produto, processo ou serviço, a

normalização, pode ter um ou vários objetivos específicos. A Fundação Certi (2004, p. 2), identifica seis objetivos:

- a) simplificação - redução do número de procedimentos e produtos;
- b) segurança - proteger a vida humana e a saúde;
- c) proteção ao consumidor - prover a sociedade de meios eficazes para aferir a qualidade dos produtos;
- d) eliminação das barreiras comerciais - evitar a existência de regulamentos conflitantes sobre produtos e serviços em diferentes países, facilitando assim, o intercâmbio comercial;
- e) comunicação - proporcionar meios mais eficientes na troca de informação entre o fabricante e o cliente, melhorando a confiabilidade das relações comerciais e de serviços;
- f) economia - proporcionar a redução da crescente variedade de produtos e de procedimentos;

4 NÍVEIS DA NORMALIZAÇÃO

As normas podem ser de diversos níveis, elas se referem mais ao nível de sua utilização do que de sua elaboração, mas ambos podem coincidir-se. Conforme sua abrangência as normas podem ser elaboradas em quatro níveis:

- a) nível internacional - normas resultantes da cooperação e acordo entre um grande número de

nações independentes, com interesse comum. São reconhecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como base para o comércio internacional e seu atendimento significa contar com as melhores condições para ultrapassar eventuais barreiras técnicas. Exemplo: International Organization for Standardization (ISO) e International Telecommunications Union (IEC);

- b) nível regional – normas de um limitado grupo de nações independentes ou de uma associação regional de normas para benefício mútuo. Exemplo: MERCOSUL e Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas (COPANT);
- c) nível nacional – normas editadas após verificação do consenso de todos os interessados em um país, por uma organização nacional de normas, que seja reconhecida como autoridade no respectivo assunto. Exemplo: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- d) nível de empresa – normas editadas por uma empresa ou grupo de empresas, preparadas com participação de vários departamentos, para orientar as compras, fabricação, vendas e outras operações.

Para melhor compreensão dos níveis, esses são representados através de uma pirâmide caracterizados em menos exigente (genérica) e mais exigente (restritiva), (NÍVEIS.... [200_?]):



FIGURA1 - NÍVEIS DE NORMALIZAÇÃO

Fonte: http://www.normalizacao.cni.org.br/normas_tecnicas.htm

5 NORMALIZAÇÃO NAS EMPRESAS

Atualmente vivemos em uma sociedade competitiva, individualista, onde as exigências crescem cada vez mais e surgem novas tecnologias da informação e da comunicação. As empresas, hoje em dia, necessitam de sua capacidade para incorporar novas tecnologias de produtos, processos e serviços, adoção de novos métodos de gerenciamento da produção e da gestão tecnológica nas empresas.

As normas são de uso voluntário, ou seja, não são obrigatórias por lei, e pode-se fornecer um produto ou um serviço que siga a norma aplicável no mercado determinado. Em diversos países há obrigatoriamente o Código de Defesa do Consumidor. (OLIVEIRA, [199_?]).

Por outro lado, fornecer um produto que não siga a norma aplicável no mercado alvo implica esforços adicionais para introduzi-lo nesse mercado, demonstrando de forma convincente que o produto atende às necessidades do cliente e assegurar que questões como intercambialidade de componentes e insumos não representarão um impedimento ou dificuldade adicional.

Há necessidade da normalização nas empresas por outros fatores, como por exemplo: a exigência de normalização para produtos e serviços explicitados no Código de Defesa do Consumidor; a exigência da utilização de normas brasileiras, explicitadas na Lei das Licitações; aumento da consciência do Consumidor, que passa a exigir produtos certificados; e a exigência dos órgãos na defesa da Sociedade.

A normalização é utilizada como uma atividade que qualifica os produtos e serviços de maneira organizada e padronizada, reduzindo o custo da produção e do produto final.

A normalização técnica baseia-se em resultados da ciência, da tecnologia e da experiência prática. Ela tem como preceito básico a obtenção do consenso entre as diversas partes envolvidas: o fabricante, o fornecedor e o cliente/usuário. As normas são ferramentas poderosas da administração, pois aceleram as decisões, reduzem a variedade e dão soluções rápidas e seguras para problemas repetitivos. Por todos esses aspectos a normalização é uma das poderosas ferramentas necessárias à implantação de um Sistema da Qualidade. (FUNDAÇÃO Certi, 2004).

Esse contexto cria a necessidade do uso da

Normalização pelas empresas, de forma a representar, efetivamente, um instrumento de administração e de gerência da produção nos processos industriais.

Várias organizações no Brasil possuem normalização interna. "A Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS) foi uma das pioneiras a implantar essa atividade em sua empresa. A estrutura das normas da PETROBRÁS iniciou-se em 1966, dispondo, em julho de 1987, de 976 normas." (SOUTO, 1991, p. 15).

Na empresa, a normalização inicia-se pela observação da necessidade da sua implantação e em seguida estabelece suas atribuições, disciplina o seu funcionamento, estuda a posição que deve ocupar na empresa, relaciona os meios necessários e confia que os resultados a serem alcançados sejam lucrativos.

Souto (1991, p. 15) relata que para as organizações adultas a instalação de um órgão de normalização depende da simplificação pretendida. Já nas empresas novas ou em constituição, impõem a existência de um órgão de normalização. Esse órgão pode ser composto de um único profissional, de uma comissão ou constituir um serviço.

5.1 Atribuições do órgão de normalização

Conforme Souto (1991, p. 15-16) as principais atribuições do Órgão de Normalização que deve estar vinculado na Direção Geral, são:

a) estabelecer uma norma técnico-administrativa que

defina a apresentação das diferentes variedades de normas técnicas;

- b) estabelecer um programa de normalização em comum acordo com os demais órgãos da empresa que serão afetados;
- c) participar das atividades do órgão nacional de normalização e através dele dos trabalhos da normalização internacional;
- d) atender, por intermédio da sua biblioteca de normas técnicas, as solicitações dos diferentes órgãos da empresa e de seus fornecedores qualificados.

Existem diversos tipos de normas que o órgão pode utilizar, por exemplo: procedimentos, especificação, método de análise, ensaio, padronização, terminologia e simbologia. O órgão deve funcionar com o apoio técnico das áreas de atividade, principalmente das áreas de Produção e de Controle da Qualidade.

5.2 Meios para funcionamento do órgão de normalização

Os meios para o funcionamento do Órgão de Normalização são: pessoal, material, de escritório, uma biblioteca de normas técnicas e os recursos da informática.

Segundo Souto (1991, p. 17-18) requisitos que o chefe deve possuir e os que os funcionários devem satisfazer são diferentes. Os requisitos do chefe são: conhecimento de um ou mais idiomas; conhecimento e experiência nos trabalhos de estudo

que a empresa desenvolve; conhecer os produtos produzidos pela empresa; cultura técnica econômica para resolver os problemas; espírito claro e metódico; personalidade forte; merecer a confiança dos órgãos afetados pela normalização; e ter o apoio da Direção Geral. Já os requisitos dos funcionários podem ser classificados em: indispensáveis (perseverança, precisão no linguajar, boas relações humanas, atenção, método e responsabilidade); e desejáveis (conhecimento de um idioma estrangeiro, capacidade de análise e síntese, firmeza nas decisões, iniciativa e disciplina).

A biblioteca deve possuir um acervo de normas técnicas do interesse da empresa e livros especializados em normalização. Para Souto (1991, p. 18-19) existem duas regras que devem ser observadas não só para instalar a biblioteca, como para mantê-la atualizada: 1ª regra – as normas técnicas de interesse da empresa devem ser atualizadas; 2ª regra – o órgão de normalização deverá ter condições para indicar os livros técnicos que consideram fundamental para o seu trabalho e influir para que seja feita a assinatura de periódicos técnicos nacionais e estrangeiros.

5.3 Resultados do órgão de normalização

A existência de um órgão de normalização em uma empresa representa a eficiência e a eficácia desta. Com a normalização ela alcançará benefícios qualitativos e quantitativos.

Os benefícios qualitativos são: utilizar adequadamente os recursos (equipamentos, materiais e mão de obra); uniformizar

a produção; facilitar o treinamento da mão-de-obra, melhorando seu nível; registrar o conhecimento tecnológico e, facilitar a contratação ou venda de tecnologia. (OLIVEIRA, [199_?]).

Os benefícios quantitativos são: reduzir o consumo de materiais; reduzir o desperdício; padronizar componentes; padronizar equipamentos; reduzir a variedade de produtos; fornecer procedimentos para cálculo e projetos; aumentar a produtividade; melhorar a qualidade; e controlar processos. (OLIVEIRA, [199_?]).

6 CONCLUSÃO

Em nossas pesquisas concluímos que a normalização com seus princípios e objetivos é fundamental para uma empresa, pois ela contribui para a qualificação de produtos e serviços de maneira organizada e padronizada. É através dessas normas a serem implantadas pela organização que ela irá alcançar a eficiência e a eficácia.

Normalização é a garantia de qualidade. Através da criação e utilização de regras ou normas, ela visa contribuir para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, ela proporciona os meios necessários para a adequada troca de informações entre clientes e fornecedores, fabricação dos produtos, melhoria da qualidade de vida, preservação do meio ambiente e permite a eliminação de barreiras comerciais.

Uma norma técnica é um documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido que fornece, para uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para atividades ou para seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto. (OLIVEIRA, [199_?]).

A empresa que não possui um órgão de normalização tem vários prejuízos, pois não possui uma padronização para gerenciar a produção e nem a confiança dos clientes.

Deve ser realçado o aspecto de que as normas técnicas são estabelecidas por consenso entre os interessados e aprovadas por um organismo reconhecido. Acrescente-se ainda que seja desenvolvida para o benefício e com a cooperação de todos os interessados, e, em particular, para a promoção da economia global ótima, levando-se em conta as condições funcionais e os requisitos de segurança.

Por todos esses aspectos a normalização é uma das ferramentas fundamentais a uma empresa.

THE NORMALIZATION THE LIGHT OF THE MANAGERIAL ATMOSPHERE

ABSTRACT

It analyzes the importance of the normalization in the companies. It results of a bibliographical research, where it was used authors books T. R. B. Sanders and Francklin Cláudio it Splits Souto, internet texts of authors Marcos Antonio Lima of Oliveira and Undercoat Certify and some norms of ABNT (Brazilian Association of Norms and Techniques) It defines the normalization as an activity that looks for the qualification of products and services in an

organized way and standardized in Brazil. It identifies the beginnings of evaluation of the norms, as well as, your objectives and your levels. It emphasizes the importance for a company to implant the normalization in your services, the honeys of that implantation and the results that he/she will obtain. In the conclusion he/she contemplates on the thematic, it shows the damages that a company can have when it doesn't adopt standardization and the benefits to obtain the efficiency and the effectiveness in the world globalization.

Key-word: Normalization. Company. Standardization. Qualification.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: elaboração: referências. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumos. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citação em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS (ABNT). **O que é normalização**. [S.l., 199-?]. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/normal_oque_boby.htm>. Acesso em: 27.12.2006.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. **Como elaborar um artigo científico**. São Luis: [s.n.], [2006]. Modelo de artigo periódico baseado na NBR 6022, 2003.

FUNDAÇÃO CERTI. **Normalização**. [S.l.], 2004. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/sebraetib/HP/conceitos/normalizacao/meiocertif.html>>. Acesso em: 27.12.2006.

NIVEIS DE NORMALIZAÇÃO. [S.l., 200_?]. Disponível em: http://www.normalizacao.cni.org.br/normas_tecnicas.htm. Acesso em 21.01.2007.

OLIVEIRA, Marcos Antonio Lima de. **Normalização na manutenção: importância, obstáculos e soluções**. [S.l., 199-?]. Disponível em: <http://www.qualitas.eng.br/qualitas_artigos_norrmalizacao.html>. Acesso em: 27.12.2006.

SANDERS, T. R. B. Os objetivos e princípios da normalização. In: _____, **Objetivo e princípios da normalização**. Rio de

Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 1984. cap. 1, p. 19-30.

SOUTO, Franklin Cláudio Rache. **Uma visão da normalização**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1991.

ASPECTOS DA PRÉ-HISTÓRIA DO LIVRO*

Ana Lourdes dos Anjos Costa***

Leila de Cácia Spindola Silva**

Marrhiette Sousa Martins***

Nadia Maria dos Santos Moreira***

Nayara Costa Pinheiro**

Poliana Gonçalves Nogueira***

RESUMO

O trabalho trata da pré-história do livro. Enfatiza que a linguagem é um meio de comunicação usado para expressar idéias e sentimentos dos indivíduos. Aborda a escrita como sistema de registro e representação de acontecimentos por meio de sinais ressaltando os diversos tipos de escrita: pictográfica, mnemônica, fonética, ideográfica, cuneiforme e hieróglifos. Relata a origem do alfabeto e vários tipos de letra. Identifica os suportes que são utilizados para o registro da escrita, sendo papiro, pergaminho os principais. Identifica também os instrumentos usados para a escrita. Finaliza elencando o formato do livro (rolo e codex).

Palavras-chave: Pré-história do livro. Linguagem. Escrita.

1 INTRODUÇÃO

A pré-história do livro compreende o período em que o homem na tentativa de se comunicar com seus semelhantes fazia uso da fala, dos desenhos e inscrições nas paredes das cavernas.

* Artigo apresentado na disciplina História do Livro, das Bibliotecas e das Práticas Leitoras ministrada pelo Prof^o Dr. César Augusto Castro.

**Estudantes do 6^o período do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

***Bolsistas Programa de Educação Tutorial (PET).

nas tabuletas de argila e posteriormente no papiro e pergaminho. Com o passar do tempo o homem foi desenvolvendo a capacidade de abstração sendo esta a principal característica que o difere dos outros animais.

Esta abstração possibilitou o surgimento da linguagem, que é um meio de expressão e comunicação que possibilita a atribuição de um valor simbólico a um sinal sendo que para concretizar essa comunicação ele fazia uso da escrita.

Diante dessas considerações, a metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi à pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é conhecer o processo evolutivo que antecedeu o surgimento do livro.

O estudo está pautado nos trabalhos de Wilson Martins, Roberto C. G. Castro, Maria Fernanda, João Manuel Bicker e outros.

A abordagem da temática está constituída nos seguintes tópicos: linguagem, escrita, alfabeto, tipo de letras, materiais e instrumentos primitivos da escrita e o formato do livro.

2 LINGUAGEM

A Linguagem, segundo a Psicologia, significa atribuir um valor simbólico ao sinal, e está intimamente ligado à abstração.

A Linguagem divide-se em dois tipos: Linguagem Humana e Natural. A *Linguagem humana* é artificial, sendo aos sinais designado um valor objetivo por isso é convencional. A *Linguagem Natural* significa atribuir o sinal com a coisa significada.

[...] A diferença entre a Linguagem Humana e Animal está na apreciação da natureza do sinal. O cão, o macaco, a ave, fazem-se compreender dos seus semelhantes, eles emitem gritos, gestos, cantos, que correspondem a certos estados psíquicos de alegria, de terror, de desejo, de apetite, alguns desses gritos são tão apreciados a necessidades particulares que se poderia quase traduzi-los por uma frase em Linguagem Humana. (MARTINS, 2001, p. 19)

A Linguagem exprime idéias, sentimentos, e está intimamente ligada à realidade em que o indivíduo está inserido. A Linguagem é o instrumento de análise de pensamento, e implica no uso de palavras articulada ou escrita como meio de expressão, tendo como função suprema comunicar, sendo resultantes dos contatos sociais.

A linguagem tem conexão direta com a língua, e cada língua antes de ser uma língua propriamente é uma linguagem. E ela divide-se em: *Língua Estrutural*: corresponde à língua formada de determinadas partes ou elementos, com determinados princípios da estrutura gramatical, agregando valor aos prefixos e sufixos; *Língua Genética*: forma-se o seu arranjo em determinados grupos e subgrupos de acordo com as linhas de ligação histórica identificadas por documentos e por certos estudos desenvolvidos.

3 ESCRITA

A escrita foi inventada há mais de 5 000 anos pelo povo sumérico. Este povo vivia numa região chamada Mesopotâmia,

trabalhavam na agricultura e criavam animais.

[...] a primeira escrita apareceu na região entre os rios Tigres e Eufrates, na Mesopotâmia, locais onde surgiram as primeiras civilizações urbanas [...] [Com] a necessidade de controle administrativo surgem os primeiros registros da escrita que foram os registros contábeis relacionados com as quantidades de sacos de grãos ou cabeças de gado. (SILVA FILHO, [200_?])

Não se sabe exatamente como fizeram tal invenção, mas como as antigas civilizações eram formadas por pequenas comunidades sob a autoridade de um rei perante a necessidade de controlar os seus bens, surgem então os primeiros registros relacionados com as quantidades de sacos de grãos ou cabeças de gado.

Os sumérios para contarem os animais que tinham, faziam recipientes com a mesma forma dos animais que possuíam e colocavam no recipiente pequenas bolas de barro. Como este processo era um pouco complicado, um dia lembrou-se de desenhar os animais numa placa de barro e colocarem por baixo uns trapinho por cada animal. Estas placas, uma vez escritas, eram secas ao Sol. Os sumérios utilizavam para escrever, objetos de metal, osso e marfim, pontiagudos numa das pontas.

No início, as placas de barro só serviam para registro contábeis, mais tarde foram utilizadas para narrações históricas e relatos épicos.

Estas informações chegaram até nós, em virtude do descobrimento de uma biblioteca, daquele tempo, onde se

encontraram documentos administrativos, históricos e religiosos. As placas encontradas estavam guardadas em cestos e caixas de madeira com inscrições para poderem ser localizadas.

Este sistema de escrita criado na Mesopotâmia ficou conhecido por *escrita cuneiforme*, porque os caracteres tinham a forma de cunha e pelo uso de sinais.

Criado pelos sumérios, esse sistema utilizava pictogramas que eram gravados em tabuletas de argila, em seqüências verticais de escrita, com o auxílio de um estilete feito de cana que gravava traços verticais, horizontais e oblíquos.

Grotenfend (apud MARTINS, 2001, p. 45) relata que os caracteres cuneiformes eram uma forma de escrita e não um ornamento. Depois raciocinou, diante da ausência completa de linhas curvas, que aqueles caracteres não eram próprios para serem "escritos" e sim gravados.

Ainda de acordo com Martins (2001, p. 44), os documentos arqueológicos demonstraram que, ao contrário do que se pensou por muitos anos não há nenhuma ligação histórica entre esse sistema e os processos pictográficos que transmitiam e fixavam os seus pensamentos, costumes e ações, através de pinturas, esculturas e gravuras que os simbolizavam. Por muito tempo a *pictografia* foi considerada mítica, sendo associada às práticas e ritos de magia, até que gradativamente o pensamento racional foi sendo introduzido na mentalidade desses povos.

Vendryés analisa (apud MARTINS, 2001, p. 37) que pouco a pouco se eliminando os caracteres mágicos do sinal,

subordinam-se às representações subjetivas e míticas às representações objetivas e racionais, e finalmente, substituem-se as primeiras pelas segundas.

Não muito diferente do sistema pictográfico de escrita, estão os chamados *sistemas mnemônicos*. A palavra mnemônica quer dizer, dentre outras coisas, 'de fácil memorização'.

Os sistemas mnemônicos são símbolos ou sinais gráficos que nos remetem a algum significado, de acordo com a forma como se apresentam e do seu encadeamento. Os tipos mais conhecidos são os quipos e os wampuns. Os primeiros são cordões formados por fios de lã de cores diversas, nos quais se colocam, à alturas diferentes, nós mais ou menos complicados.

Os wampuns são colares de conchas justapostas, cujas combinações formam figuras geométricas. Esses sistemas através da combinação de suas partes proporcionam uma representação simbólica das idéias e do seu encadeamento.

"[...] mesmo que possam sugerir algumas idéias [...] não se comparam a um sistema de escrita, cuja função é a de exprimir todas as idéias." (VENDRYÉS apud MARTINS, 2001, p. 40)

Os sistemas de escrita utilizavam o visual como forma principal de transmitir o pensamento. A partir do momento em que o homem percebeu que era possível substituir a imagem visual pela sonora, e colocar o som onde até então tinha colocado a figura, surgiram dois fundamentais tipos de escrita: a *silábica*, na qual o sistema é formado por grupos de sons representados por um sinal, e a *escrita alfabética*, em que cada sinal corresponde a uma letra.

Essa descoberta foi essencial para o surgimento da linguagem, pois sem a letra não teríamos a sílaba e nem as palavras, logo, elementos principais no desenvolvimento do nosso processo de comunicação sonora.

Martins (2001, p. 40), declara que a letra permitiu a escrita, sobretudo, o mais simples e o mais perfeito de todos os sistemas de escrita, que é o fonético.

Com essa revolução no modo da escrita, identificam-se outros sistemas como o *ideográfico*, no qual a palavra é representada por um sinal único e estranho aos sons de que ela se compõe.

Provavelmente, a escrita ideográfica evoluiu a partir de formas da *escrita pictográfica*, pois consiste em representar, através de signos pictóricos, não somente objetos e idéias, mas também os sons com que tais objetos e idéias eram nomeados no respectivo idioma.

Os mais antigos vestígios da escrita ideográfica vêm da Mesopotâmia, cuja escrita dispunha de cerca de quase 20.000 ideogramas. Como exemplos desse tipo de escrita podem citar: a escrita chinesa, os caracteres cuneiformes e os hieróglifos.

Hieróglifo é um termo que une duas palavras gregas: hierós "sagrado", e "glyphós" escrita. A escrita hieroglífica, ou escrita sagrada, era comumente utilizada em inscrições nas paredes de templos e túmulos e em textos sagrados. Os hieróglifos foram usados durante um período de 3.500 anos, para escrever a antiga língua do povo egípcio. Durante os mais de três milênios em que

foram usados os egípcios inventaram cerca de 6.900 sinais. Com o passar do tempo e o surgimento de cada vez mais hieróglifos, a leitura ficou muito complexa, sendo este um dos fatores que tornavam impraticáveis o seu uso e o levaram a desaparecer.

Outra espécie de escrita egípcia, simultânea ao sistema hieroglífico é a chamada *escrita hierática* ou *sacerdotal*. Usada exclusivamente pelos sacerdotes é caracterizada pelo fato de ser mais cursiva, sendo escrita sobre o papiro, placas de barro ou outras superfícies lisas. As gravações eram feitas utilizando um estilete de cana, o que contribuiu para o desaparecimento de muitos detalhes dos signos. Depois o hierático cursivo foi se desenvolvendo para um tipo de escrita muito difícil de ler, chamado de "hierático anormal", esse termo foi empregado devido a deformações nos símbolos, o que dificultava o seu entendimento.

Em seguida a escrita evoluiu para o tipo demótico, fase em que os hieróglifos iniciais ficaram bastante estilizados e houve a inclusão de alguns sinais na escrita. Ao longo da sua história, a língua e a escrita egípcias foram se alterando. Foram incorporados elementos das línguas grega e romana.

Muitos dos conhecimentos sobre essa escrita foram perdidos após o cristianismo ter negado a religião politeísta local, contribuindo para que tudo que estava relacionado com os antigos deuses egípcios fosse considerado pagão e portando, proibido.

4 ALFABETO

As mensagens sempre foram transmitidas por diversas maneiras, seja através de desenhos, sinais ou pinturas. Escrever não requer um alfabeto, mas de ordem lógica, conduz a escrita para o fonetismo, sistema de função natural, de interpretar a língua falada, a língua oral, a língua considerada como som. De acordo com Martins (2001, p. 49) a língua "[...] partindo do som, é natural que as escritas fonéticas tenham sido inicialmente silábicas [...] no ponto de vista sonoro, na decomposição da palavra, a sílaba é a unidade, e não a letra".

O aparecimento da escrita deu início ao surgimento do alfabeto que foi um marco colocado entre a pré-história e a história da civilização, em que a palavra alfabeto deriva do latim que é formada das primeiras duas letras do alfabeto grego – alpha e beta – ambas obtidas das letras Semíticas alph e beth. No princípio, leitura e escrita eram uma prerrogativa dos sábios, geralmente os sacerdotes, que empregavam suas vidas em pouco mais do que se dedicar à escrita. E com o nascimento do alfabeto iniciou-se a democratização do conhecimento, por facilitar imensamente a leitura e a escrita.

Com os seus 24 sinais consonantais, os egípcios estabeleceram a base de um alfabeto perfeitamente funcional. Todavia, não evoluíram para um sistema totalmente alfabético de escrita. A origem dos alfabetos ocidentais não está nos hieróglifos que é um ideograma figurativo que constitui a notação de certas

escritas analíticas, como a egípcia uma escrita ilegível, mas nas escritas semíticas dos povos da região oriental do Mediterrâneo. Um dos povos de destaque desta região, neste aspecto, foram os fenícios, família etnográfica e lingüística originária da Ásia Ocidental, que viveram ao longo da costa da Síria e do Líbano. Ali, os fenícios constituíram um extenso império de navegação, comércio e construíram portos em volta de todo o Mediterrâneo. Eles utilizavam uma escrita composta de consoantes, portanto, não era um alfabeto verdadeiro. Pelo fato de serem excelentes comerciantes, os fenícios deixaram suas inscrições por toda área. O alfabeto fenício deriva: Hebreu, Aramaico, Grego – primitivo.

Os gregos usavam muitas formas diferentes de escrita para registrar sua língua e entre estas a escrita cipriota escrita silábica de origem desconhecida, que foi utilizada na gravação de inscrições de datação incerta. A maioria delas foram datadas dos séculos V e VI a.C., embora algumas pareçam remontar ao séc. VII. Estas inscrições, geralmente muito curtas e compostas por nomes próprios, foram encontradas na Ilha de Chipre e no Egito, na cidade de Abidos e a linear B é um tipo de escrita surgido na antiguidade, na região da civilização micênica. Era o alfabeto usado pela língua micênica, forma primária da língua grega, sendo que esta última foi encontrada nos palácios da civilização Monóica, em Creta. Ambas eram escritas silábicas (os sinais representavam sílabas inteiras em vez de letras individuais), mas nenhuma consistente o suficiente como língua grega. E nem a língua fenícia, já que as vogais são de suma importância no grego e os fenícios

não possuíam uma forma de escrevê-las. Mas os gregos aprenderam a adaptar a escrita, usando os sinais consonantais, que eram pouco usados na sua própria língua para representar as vogais. Este foi um passo de importância capital; quando encontraram uma forma de representar as vogais, os gregos descobriram uma maneira eficiente de escrever sua língua - um alfabeto havia, então, sido criado. O alfabeto usado pelos gregos não permaneceu estático; eles o modificaram para incorporar outros sons, atendendo a necessidade de sua linguagem. Formaram um novo alfabeto, de 16 letras. Mais tarde também esse seria modificado, segundo os dialetos nascendo: Dóricos, Atiço, Jônico, etc. Os gregos também mudaram a direção em que o alfabeto era escrito. No início, como os ancestrais Semitas, era escrito da direita para esquerda. Depois, houve um período em que a escrita era da direita para esquerda e da esquerda para a direita em linhas alternadas (esse método é chamado de houstrophedon, uma palavra grega que significa da maneira como o boi araucan). Finalmente, ficou estabelecida que a escrita deveria ser da esquerda para a direita.

O alfabeto romano difundido em tantos lugares originou-se no grego. As letras romanas eram bastante semelhantes às gregas, embora alguns ângulos agudos de certas letras gregas tivessem sido arredondados no alfabeto romano. Além disso, algumas letras gregas foram retiradas do alfabeto romano – o latim não tinha sons como o th ou ph. No entanto, em geral, o alfabeto romano do século VII a.C. ainda é o alfabeto nos países ocidentais

nos dias de hoje.

O alfabeto latino antigo se compunha de 22 letras e a princípio, se escrevia da direita para a esquerda, apresentando-se em quatro variantes principais: Capital, Unicial, Semi-unicial e Minúscula. A capital era a letra geralmente empregada nas inscrições e nas iniciais, a unicial é também uma maiúscula, mais arredondada e menor, a semi-unicial nasceu como exigências de uma escrita mais rápida e corrente e a minúscula é o tipo que vai predominar ou que se encontra na origem da letra latina, assim chamada pelo seu diminuto tamanho.

4.1 Tipo de letra

O esforço humano de deixar para futuras gerações, experiências e conhecimentos adquiridos nas áreas mais diferentes deu o aparecimento dos desenhos pré-históricos que originaram os sinais e as letras. A letra é um símbolo visual na comunicação humana e/ou na fixação de um pensamento, um registro da imaginação humana. Trata-se de uma forma, um signo, que vem naturalmente evoluindo. Se os símbolos (letras) não sofressem alterações, estaríamos ainda desenhando sinais pictóricos, como sistemas de imagens que constitui uma escrita sintética, como sacerdotes egípcios. Os sacerdotes ensinaram a alguns escravos, que passavam os ensinamentos a conhecidos e familiares. A escrita se propagou levada por povos errantes a outros pontos da terra.

A letra reflete diferentes maneiras de sentir, de visualizar

o mundo, de eternar conquistas estéticas até sociais, determinando tendências e momentos históricos, como as demais artes.

Para além das letras capitulares (maiúsculas, letra de caixa alta), gravadas na pedra os romanos utilizavam também uma forma de escrita cursiva uma letra manuscrita, geralmente pequena, traçada de maneira rápida e corrente executada sem esforço, mais rápida (normalmente registrada a pincel), um estilo mais informal que deu origem ao estilo itálico. Apesar de ser considerada por alguns autores como a origem mais remota do estilo itálico e das nossas minúsculas, o desenho da *capitalis rústica*, que é uma forma menos cuidada, assimétrica da letra capitular, como era chamada, não diferia muito da *capitalis monumental*. Só por volta do século IV d.C. apareceram às letras inciais, bastante mais simples e redondas, caracterizadas pelas suas ligaduras e pela extensão vertical de hastes ascendentes e descendentes. Este estilo foi rapidamente adaptado para a escrita e copia de livros durante toda a Idade Média, tornando-se a escrita própria do texto cristãos, em oposição aos caracteres romanos dos textos padrões. Durante vários séculos, toda a Europa viu surgir uns cem números de estilos inciais manuscritos, até que por volta do ano 800 d.C. o imperador, Carlos Magno (742 – 814) instituiu um extenso programa de educação e cultura no intuito de unificar a Europa central e recuperar a glória e a grandeza do império romano. O mestre Alcuim de York foi então encarregado de orientar a criação e implementação de um novo estilo de escrita mais claro, distinto e legível – a minúscula carolíngia, a escrita europeia comum, surgida com o renascimento

carolíngio e caracterizada pelo pequeno módulo, forma arredondada e ligaduras – que permaneceu como a forma de escrita dominante em toda a Europa até cerca do século XII. Nesta época surgiu uma vaga de estilos nacionalistas, como o gótico, que se impuseram até o aparecimento dos tipos móveis, por volta de 1450, o primeiro tipo gráfico impresso – a letra gótica.

Já em pleno Renascimento, a minúscula carolíngia foi recuperada e no espírito do revivalismo dos clássicos, o estilo de escrita evoluiu definitivamente para uma cominação de letras minúsculas com as maiúsculas romanas.

De um modo geral, a terminologia tipográfica arte que compreende as várias operações conducentes à impressão, ou modo que resulte num produto gráfico do mesmo tempo adequado e legível e agradável, emprega termos de anatomia, arquitetura e geometria e analogias visuais que quase se auto definem, mas até hoje nenhuma nomenclatura definitiva foi geralmente aceita para designar as componentes das letras. A maior parte destas definições nasceu da prática dos mestres tipógrafos, nas oficinas de impressão, e são termos familiares que foram passando de geração em geração, com variantes que apenas sublinham o espírito, vivo da tipografia.

Caracteriza-se o estilo romano pelos contrastes entre seus traços. Os traços (riscos) que compõem as letras são chamados hastes quando verticais, barra, quando horizontais. As curvas têm o nome de flexões. Nas pontas das letras (terminais das barras, hastes e flexões), há muitas vezes enfeites ou remates,

denominados serifas. As descrições de um estilo romano há contraste entre as hastes verticais e as flexões avolumam e afinam. As serifas aparecem sempre de forma anular, chanfrada. Cada elemento da letra tem seu nome. Assim, há a barriga da letra, dentro dela há o que se chama oco ou vazio. Algumas letras possuem um gancho como a letra r minúscula. Colocadas de forma linear na pauta, as letras mantêm um alinhamento característico de acordo com cada modelo. As linhas dessa pauta são chamadas de base. Na base assenta-se a curva da letra. A linha superior é a do limite da curva superior da letra. Porém há também as linhas descendentes e ascendentes, que correspondem à base e a parte superior, demarcando maiúsculas e artes de letras, como b ou p (descendente e ascendente). As distâncias entre as linhas ascendentes e descendentes determinam o corpo visual da letra.

Existem vários tipos de letras: as *Romanas* - inscrições lapidárias nos arcos de triunfo romano, serviram de modelos às letras maiúsculas deste tipo. As minúsculas (*caixa baixa*) nos chamam da Carolina – escribas da época de Carlos Magno; *Gótico* - letras ligadas à arquitetura do seu tempo. Trata-se de uma escrita ponderada e elaborada; *Bodoni* - estas letras é o desejo de expressão voluntária do classicismo. Opõem a rigidez e simplicidade racional ao rebuscado do Barroco-Rococó; *Manuscrito ou Cursiva* - classe agrupando as letras oriundas, da forma e do rio de execução rápida da escrita manual; *Egípcias* - apenas têm de egípcias o seu nome, parece decorrer uso sobre fardos trazidos do Egito após campanha de Napoleão. Com

características de acabamentos, pernas retangulares, espessuras = quase corpo/letras; *Sem serifa ou lapidarias* - gráfica aprimorada, funcional e simplificada dos sinais do alfabeto. Franceses as denominam – ANTIQUE, Alemães – GROTESQUE; *Italianas* - as letras deste tipo são de inspirações iguais as das egípcias. A sua particularidade reside na espessura das pernas que o ultrapassam do corpo da letra; *Fantasia* - criadas muitas vezes formas fantasiosas, efêmeras, expressão quase abstrata.

5 MATERIAIS PRIMITIVOS EMPREGADOS NA ESCRITA

O ser humano empregava e continua empregando na escrita, materiais dos reinos da natureza. Segundo Martins (2001, p. 59-60) os materiais que foram utilizados de cada reino são:

- a) Reino Mineral – forneceu a pedra em que foi gravada a lei dos hebreus, revelada no Monte Sinai; o mármore utilizado nas inscrições tumulares, cívicas e calendários; a argila, que esculpida e cozida construiu as famosas bibliotecas da Mesopotâmia; o bronze para textos importantes ou tocados de sacralidade; o cunho, que oferecia em compensação da sua maleabilidade, pouca resistência ao trabalho do estilete; o ouro e a prata (metais nobres);
- b) Reino Vegetal – forneceu a madeira; as folhas de palmeiras ou de oliveiras; o pano; a seda; o papiro;

- c) Reino Animal – inscrições em marfim, osso e intestinos de certos animais (dragão).

Entre esses materiais, os mais importantes são o papiro (reino vegetal) e o pergaminho (reino animal). O papiro devido à "[...] tanta importância histórica de si mesmo e pelos textos que conteve. [...]" (MARTINS, 2001, p. 61) e o pergaminho por tê-lo substituído.

O papiro é uma planta aquática (*Cyperus papyrus*) originária do Egito (margens do Rio Nilo) por volta de 2 200 anos de Cristo, mas pode ser encontrada também, no lago Tiberiades (Síria) e nas águas do Eufrates. Essa técnica, de preparação desse tipo de papel, foi empregada na escrita até os primeiros séculos da era Cristã em toda Europa. A Wikipédia ([200_?]) relata a confecção do papiro da seguinte forma:

[...] corta-se o miolo esbranquiçado e poroso do talo em finas lâminas. Depois de secas, estas lâminas são mergulhadas em água com vinagre para ali permanecerem por seis dias, com propósito de eliminar o açúcar. Outra vez secas, as lâminas são ajeitadas em fileiras horizontais e verticais, sobrepostas umas às outras. A sequência do processo exige que as lâminas sejam colocadas entre dois pedaços de tecido de algodão, por cima e por baixo, sendo então mantidas prensadas por seis dias. E é com o peso da prensa que as finas lâminas se misturam homogêaneamente para formar o papel amarelado, pronto para ser usado. O papel pronto era, então, enrolado a uma vareta de madeira ou marfim para criar o rolo que seria usado na escrita.

Escreve-se só de um lado do papiro e as folhas mais

longas que eram enroladas formando um rolo, recebiam o nome de volumes. Essas folhas, antes de receber a escrita, chamavam-se de chartas.

O papiro Prisse é o mais antigo documento feito desse suporte, data de 2. 400 antes de Cristo.

Lecoy de La March (apud MARTINS, 2001, p. 62-63) divide os papiros em três áreas:

1º - Os monumentos em diversas línguas, de proveniências egípcias, coptas ou fenícias. Encontrado nos museus e bibliotecas de Roma, Turim, Viena, etc.

2º - Papiros gregos e latinos encontrados nas escavações de Herculano e compunham a biblioteca de um filósofo dessa cidade.

3º - Manuscritos e diplomas que nos foram transmitidos pelos arquivos e pelas bibliotecas antigas, dos quais os mais velhos datam dos primeiros séculos da Idade Média (iniciou com a desintegração do Império Romano do Ocidente - século V, 476 depois de Cristo, e terminou com o fim do Império Romano do Oriente, com a Queda de Constantinopla - século XV, 1453 depois de Cristo).

Os outros povos que escreviam sobre ele eram: os gregos e os romanos. Mas, com a escassez natural e com as guerras que impediam sua importação, esses povos tiveram que mudar para os materiais do reino animal.

O *pergaminho* foi o material mais comum que substituiu o papiro, pois os outros foram: ossos, intestinos de animais, etc. Originou-se do reino animal e de acordo com a Wikipédia ([200_?]) no ano de 2 000 antes de Cristo, mas só por volta do século dois

antes de Cristo que apareceu na forma de películas mais delgadas e mais acabadas.

Conforme a História Natural de Plínio, o Antigo (apud APOLINÁRIO, [200_?])

[...] foi o rei Eumene de Pérgamo, uma cidade da Ásia Menor, quem promoveu a preparação e o uso do pergaminho. Este rei planejou fundar uma biblioteca em sua cidade, que se rivalizasse com a famosa biblioteca de Alexandria. Esta ambição não agradou a Ptolomeu do Egito, que imediatamente proibiu a exportação de papiro para Pérgamo. Esta proibição forçou Eumene a preparar peles de carneiro ou ovelha para receber a escrita, dando-lhe o nome do lugar de origem – pergaminho.

Martins (2001, p. 64) relata que também existia pergaminho feito de pele humana, mas são raro e alguns historiadores negam a sua existência. Relata também, que na Inglaterra, havia um Tratado de Anatomia feito pelo Dr. Antonio Askew (1722-1775) - encadernou com esse material para que o exterior correspondesse ao interior – na Biblioteca de Dresde, possui um calendário mexicano em pele humana.

Os principais manuscritos bíblicos estão escritos em pergaminhos. Assim como o papiro, é um suporte de preço alto, por isso segundo os historiadores, surgiu o *palimpsesto* (pergaminhos que eram raspados, lavado e usado novamente). Do grego *palin* - novo e *psesto* - raspado.

Alguns documentos estão escritos nesse tipo de suporte, como por exemplo: o Códice Efraimita e os 250 manuscritos do novo testamento.

Durante muito tempo, Martins (2001, p. 67) pensou-se que essa reciclagem resultava das intenções piedosas dos monges copistas, que apagavam textos pagãos para escrever em lugar dele orações e meditações religiosas. Mas, verificou-se depois que não só o palimpsesto existe desde a antiguidade, como ainda inúmeras orações e trechos religiosos tinham sido raspados em benefício da literatura profana.

Tornou-se o principal material de escrita durante quase toda a Idade Média, pois era muito superior ao papiro, por causa da maior durabilidade. Foi substituído, quando o papel inventado pelos chineses e introduzido na Europa pelos comerciantes árabes tornou-se popular.

6 INSTRUMENTOS PRIMITIVOS DA ESCRITA

Ao longo da história da escrita, vários foram os instrumentos usados para registrar as idéias, os fatos e os acontecimentos do dia-a-dia. De acordo com Martins (2001) cada povo fazia uso de um tipo de instrumento e este se adequava ao material usado para o registro. Desse modo, os caldeus usavam o *cinzel* que era um instrumento muito utilizado pelos escultores para gravar nas tabletas ou tábuas de argila, já os romanos para gravar nas tabuinhas enceradas, faziam uso do *graphium* ou *stylus*.

Havia ainda os *calami*, cujo plural era *calamus*, era uma espécie de cana delgada e comprida feita de metal ou osso que

possuía uma extremidade pontiaguda e a outra achatada, esse formato possibilitava apagar as escrituras em caso de erro. O *calamus* era comumente guardado em estojos próprios que eram carregados na cintura juntamente com seus recipientes de tinta, tudo indica que os *calamus* foram o antepassado da pena.

Com o passar do tempo, os *calami* foram substituídos pela pena de ave, sendo a pena de pato a mais usada pelos escritores, pois estas davam as obras um acabamento melhor, escolhia-se cuidadosamente as penas das asas da ave, chamada de *remíguas*, pois os escritores acreditam que elas facilitavam o vôo da imaginação. As penas para serem utilizadas eram antes mergulhadas em cinzas quentes, sendo os holandeses os responsáveis pelo aperfeiçoamento desse processo e por volta do século XIV, passou-se a fabricar penas de ferro e bronze.

Além dos instrumentos de escrita havia dois instrumentos auxiliares usados pelos romanos – a *esponja* e o *raspador*, a primeira era embebida em água e usada para apagar as linhas escritas, podendo a mesma ser considerada um antepassado da borracha e o raspador também chamado de canivete era geralmente usado na limpeza do caniço. A tinta empregada na escrita era facilmente apagada devido a sua fraca mistura, pois “a facilidade com que a tinta desaparecia com o uso da esponja explica-se pelo fato de sua composição não conter nenhum fixados poderoso: a tinta romana era feita com negro-de-fumo, goma e água”. (MARTINS, 2001, p. 70).

Percebe-se que os instrumentos da escrita tiveram um

papel fundamental na evolução da escrita, sendo estes os responsáveis pela concretização das idéias e o aperfeiçoamento foi sendo feito de forma gradativa atendendo as necessidades de cada povo em cada época distinta.

7 FORMATOS DE LIVROS

O formado do livro como conhecemos atualmente (conjunto de folhas que contém informações impressas e presas de um lado e que são colocadas juntas com uma capa), passou por diversas formas. Conforme a Wikipédia ([200_?]) os sumérios faziam livro de tijolo de barro cozido, argila ou pedra, com textos gravados ou cunhados; os indianos faziam livros de folhas de palmeiras; os maias (povo da indígena da América Central) e os astecas (povo do México) em forma de sanfona, de um material existente entre a casca da árvore e sua madeira; os chineses utilizavam rolos de seda para fazer seus livros; e os romanos escreviam em tabuas de madeira cobertas de cera.

Com o passar do tempo, o formado do livro foi evoluindo até chegar ao rolo. O rolo era feito de papiro ou pergaminho, e os povos que o utilizam, eram o judeu e grego-latino. “[...] Formava-se o rolo colocando várias folhas de papiro ou couro uma ao lado da outra. O tamanho médio de um rolo entre os gregos era de 11 metros. Alguns rolos chegaram a ter o comprimento de 30 metros. [...]” (WIKIPEDIA, [200_?]).

O maior rolo de papiro, segundo a Wikipédia ([200_?]),

é uma crônica do rei egípcio Ramsés II, com a extensão de 40 metros, conhecido como o Papiro Harris.

O manuseio de um rolo era muito difícil, pois o leitor empregava as duas mãos - uma para desenrolá-lo e a outra para enrolá-lo - e não encontravam específicos tópicos das escrituras num só rolo.

Diante dessas dificuldades, o homem teve a idéia de criar os códices, o livro nos moldes em que o temos hoje. A palavra códices vem do latim (codex) e significava nos tempos primitivos, bloco de madeira cortado em várias folhas ou tabletes para escrever.

O códice “[...] era formado de várias folhas de papiro ou pergaminho sobrepostas e costuradas. [...]” (WIKIPEDIA, [200_?]). Este formado de livro substituiu o rolo no segundo século a.C.

Para a Wikipédia ([200_?]) as comunidades cristãs, começaram a usar os códices nas igrejas, para diferenciar dos rolos, usados nas sinagogas. Pois, encontraram dos 476 manuscritos não cristãos descobertos no Egito, copiados no segundo século a.C., 97% na forma de rolo, e dos 111 manuscritos bíblicos cristãos dos primeiros 4 séculos da Era Cristã, 99 na forma de códice.

As vantagens de utilizar os códices em vez dos rolos eram: permitia que o documento fosse encontrado apenas em um só livro; seu manuseio era mais fácil; podia escrever nos dois lados, baixando o custo do livro; e a procura é mais rápida.

8 CONCLUSÃO

Analisando-se tudo o que foi exposto, podem-se tecer os seguintes comentários: considera-se de suma importância o estudo da pré-história do livro bem como os fatos e acontecimentos que ocorreram contribuem para o seu processo evolutivo. Fazer esse resgate histórico é na verdade refazer os passos de nossos ancestrais, visando um entendimento maior sobre os fatos do passado e a influência dos mesmos hoje. Compreende-se que o estudo da linguagem é fundamental para conhecer a identidade de cada povo, de cada pessoa tanto individual quanto coletivamente, isto por sua vez nos ajudará a entender como a concretização da linguagem (a língua) acontece entendendo assim sua natureza. Observaram-se as diversas formas de serem expressos os sentimentos do homem, bem como o seu cotidiano e suas ações desenvolvendo assim diversas formas de escrita. Considera-se que nesse processo a escrita passou por modificações e evoluções, começando pela pictografia, pela escrita mnemônica, pela fonética ideográfica, escrita cuneiforme e os hieróglifos. Revelam-se ainda a existência do alfabeto e os diversos tipos de letras usados pelos povos ao longo dos tempos, frisando que para registrá-los usavam-se os instrumentos e matérias de escrita, sendo muito usado o papiro e o pergaminho.

Portanto, pode-se dizer que voltar ao passado e compreender a evolução da escrita é na verdade voltar na história da humanidade compreendendo que a escrita é a fonte do processo

humano.

ASPECTS OF THE PREHISTORY OF THE BOOK

ABSTRACT

The work treats of the prehistory of the book. He you emphasizes that the language is the middle of communication used to express ideas and the individuals' feeling. It approaches the writing as a registration of events through signs, pointing out the several writing types: pictographic, mnemonic, phonetic, ideographic, cuneiform and hieroglyphs. It tells the origin of the alphabet and the several types of letters. It identifies the supports that they are used for the registration of the writing, being the papyrus and the parchment the principal. It also identifies the primitive instruments used for the writing. Formed into a book concludes him of the book (1 roll and codex).

Key-word: Prehistory of the book. Language. Writing.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Pedro. **Origem da Bíblia**: textos primitivos. [200_?]. Disponível em: <<http://www.profecias.com.br/historia/origemdaescrita.htm>>. Acesso em: 22. jan. 2007.

CASTRO, Roberto C.G. **Arqueologia**: os instigantes registros do mundo antigo. [200_?]. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/1998/juspp431/manchet/rep_res/rep_int/cultura.html>. Acesso em: 24. jan. 2007.

CASTRO, Jayme. **Arte de tratar o livro**. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1969.

FUNCARC. **Mnemônica**. 2002. Disponível em: <<http://www.funcarc.com.br/mnemonica.php.html>>. Acesso em: 24. jan. 2007.

MARTINS, Wilson. **Pré-história do livro**. In.: _____. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001. cap. 1, p. 17-70.

SILVA FILHO, José Tavares da. **Da evolução da escrita ao livro**. Rio de Janeiro. [200-?]. Disponível em: <<http://www.forum.ufrj.br/biblioteca/escrita.html>>. Acesso em: 30. jan. 2007.

VICKI. **A origem do papel**. 2007. Disponível em: <<http://www.numaboa.com/content/view/619/112/>>. Acesso em: 29. jan. 2007.

WIKIPÉDIA. **Escrita cuneiforme**. [200_?]. Disponível em: <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/escrita_cuneiforme.html>. Acesso em: 25. jan. 2007.

_____. **O surgimento e a evolução da escrita e do livro entre os povos**.

In.: _____. **História do livro**. [200_?]. Disponível em: <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_livro>. Acesso em: 24. jan. 2007.

_____. **Papiro**. [200_?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Papiro>>. Acesso em: 25. jan. 2007.

_____. **Pergaminho**. [200_?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pergaminho>>. Acesso em: 25. jan. 2007.

BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: uma interdisciplinaridade na construção do arquivo sonoro da Rádio Universidade FM*

Cleyciane Cássia Moreira Pereira**

RESUMO

Catálogo dos documentos sonoros do arquivo da Rádio Universidade FM. Apresenta as concepções históricas dos arquivos, as características dos arquivos sonoros e os procedimentos de preservação dos Compact Discs e Fitas Magnéticas. Analisa-se a catalogação destes documentos segundo o AACR2. Destacando-se, assim, que o conhecimento e reconhecimento do Curso de Biblioteconomia depende, sobretudo de seus profissionais.

Palavras-chave: Arquivo sonoro. Rádio Universidade FM. Conservação. Documentos Sonoros. Catalogação de documentos sonoros.

1 INTRODUÇÃO

No nosso cotidiano passamos por transformações cruciais em todas as instâncias quer políticas, econômicas e sociais que atingem diretamente o mercado de trabalho, no qual impera a competitividade acirrada, não existindo delimitação de campos profissionais. Todos poderão se venturar em outras áreas, desde

*Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Nacional de Biblioteconomia e Documentação, realizado em junho de 2005 em Belém-PA.

** Aluna do 8º período do Curso de Biblioteconomia da UFMA.

que estejam aptos a identificarem as oportunidades de negócio no mercado e se organizem para crescer.

Assim, o profissional da informação que trabalha com o elemento chave dessa transformação – a informação – não poderá ostentar que sua profissão seja conhecida e reconhecida, caso não procure inovar no oferecimento de seus produtos e serviços aos usuários.

Uma maneira para se adquirir tal reconhecimento seria os trabalhos interdisciplinares com parcerias nas comunidades, nas Unidades de Informação e nas Universidades. Dessa forma, insere-se o trabalho de parceria do Curso de Comunicação Social com o Departamento de Biblioteconomia da UFMA, no qual graduandos de Biblioteconomia atuam na organização do arquivo da Rádio Universidade FM 106,9 (RADIUN).

Destarte, apresenta-se esta pesquisa, fruto do estágio extracurricular na RADIUN com o objetivo de analisar o processo de conservação e catalogação dos documentos do Arquivo sonoro desta emissora, especialmente dos Compact Discs (CDs) e Fitas Magnéticas (FM), pois foram os suportes que mais tive contato durante esse período. Destacando-se que existem outros suportes sonoros, tais como: Fitas K7s, Long Plays em que está contida a história da ilha maranhense, precisando de iniciativas interdisciplinares para construção e disseminação dos documentos sonoros.

O procedimento metodológico para o teciemento deste estudo deu-se com a observação *in loco*, a prática – cuidados.

higienização e descrição desses materiais – seguido do embasamento teórico a fim de dar sustentação às atividades desenvolvidas.

Assim, delinea-se a história dos arquivos, a natureza dos documentos, trajetória do rádio e da emissora, caracteres dos documentos sonoros. O processo de conservação e catalogação da RADIUN comparados com a literatura referente ao Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), ao Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivo Nacional, dentre outros.

2 ARQUIVO: concepções históricas

Desde as mais longínquas datas o homem precisava registrar sua existência e deixar informações, fosse por necessidade de sobrevivência ou mesmo por prazer. Assim foram surgindo os documentos; logo depois, locais para armazená-los. E um deles é o arquivo.

Os arquivos na sua fase embrionária surgem há aproximadamente seis milhões de anos, na Mesopotâmia, ao redor deles se formam as principais Cidades e Estados. Nessa primeira fase são locais de conservação de textos e registros - cartas, hinos religiosos, ou relatos históricos etc. - advindos dos palácios e templos para assessorar os serviços da classe dirigente, ficando conhecidos como bibliotecas privadas.

O termo arquivo em si, ainda é elemento de discussão quanto à origem. Para alguns surgiu na Grécia *Arché* para se referir

ao palácio dos magistrados, evoluindo para *Archeion*, local de guarda e depósito de documentos. Já para outros como Ramiz Galvão (1909) o termo é procedente de *Arquivum*, palavra latina, que no sentido antigo identifica o lugar de documentos e outros títulos (PAES, 1997, p. 19).

Para Silva et. al. (1999) os primeiros a contribuir na organização arquivística foram os romanos, sendo inclusive considerados os precursores da Ciência Arquivística. Os documentos tinham como função apenas estabelecer ou reivindicar direitos, e se não atendessem a essas exigências passavam para museus e bibliotecas.

O arquivo passara por grandes evoluções e, em épocas recentes já é conceituado por Belloto (1991), como o conjunto de documentos únicos, produzidos por instituições jurídicas ou físicas, unidos (organizados) pela origem com intuito de prova, testemunhos jurídicos, administrativos, legais e funcionais, passando por avaliações, visto que, possuem tabela de temporalidade: corrente, intermediário e permanente.

Palma e Golveia (2004) no Glossário de Terminologia Arquivística o definem, como: Conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas em decorrência do exercício de atividades específicas, e por pessoa física, qualquer que seja suporte de informação ou natureza do documento; instituição, serviço e/ou setor que visa ao uso, ou tratamento e a preservação de documentos; móvel utilizado para a guarda de documentos.

Infere-se que o arquivo é a acumulação de documentos impressos ou registrados em diversos tipos de suportes, cujas informações adquirem caráter comprobatório, informativo ou cultural contribuindo para a história individual, coletiva ou nacional.

3 NATUREZA DOS DOCUMENTOS

No período anterior ao papel, a prova dava-se em relatos orais, estes eram tidos como documentos que com o tempo provieram novos registros – de modo que estes passaram a ocupar espaço no discurso.

As informações transmitidas nas primeiras fases dos arquivos eram registradas em suporte impresso - papel - e com o advento da ciência surgem outros suportes para agregar valores aos documentos. Mas afinal o que é documento?

Para Molina apud Almeida (1992, p. 27), documento é:

[...] todo meio material que transmite qualquer tipo de mensagem, embora que, estabeleça uma mescla muito interessante ao indicar que a presença do homem é tão importante na geração de documentos como na recepção dos mesmos [...]

Otlet apud Almeida (1992, p. 28) também o conceitua, como:

[...] o livro, a revista, o jornal, a peça de arquivo, a estampa, a foto, a medalha, a música, atualmente o filme, o disco e toda parte documental que precede ou sucede na emissão radiofônica [...] e de forma geral, tudo o que tenha caráter representativo em três dimensões e eventualmente em movimento [...].

As mudanças dos suportes ~~acarretaram~~ constantes confusões às noções dominantes de arquivo no que se referem à forma física dos documentos e sua finalidade.

Então, no I Congresso Brasileiro de Arquivologia (Rio de Janeiro, 1972) com vista a torná-lo um Curso Superior de Arquivo, estabelece-se dois novos conceitos que sanarão essa confusão, os quais são: **arquivo especializado e especial**.

O especializado trabalha com documentos provindos de um campo específico do conhecimento humano - arquivo hospitalar, arquivos de imprensa, arquivo de Engenharia, também são chamados inadequadamente de arquivos técnicos.

O arquivo especial é aquele que contém documentos de variadas formas físicas - CDs, fitas, disquetes, fotografias dentre outros - requerendo cuidados especiais para armazenamento, acondicionamento, controle e conservação.

Os documentos de arquivo ainda podem ser classificados quanto ao gênero, que está relacionado ao textual, audiovisual, sonoro, cartográficos e iconográficos (TÉCNICAS..., 1998, p. 13).

Tratamos aqui dos arquivos especiais mais especificadamente dos documentos sonoros: fitas magnéticas e CDs, tendo em vista que são suportes informacionais que tive contato no estágio na RADIUN, emissora inserida na Universidade Federal do Maranhão.

4 RÁDIO UNIVERSIDADE FM

A história do rádio envolve vários personagens, dentre eles Willian Gilbert em 1600, James C. Maxwell em 1831, Guglielmo Marconi em 1896. Sendo difícil afirmar quem foi o inventor do rádio. Porém, existe uma corrente mundial que atribui a Guglielmo Marconi tal feito, sem esquecer do físico russo Alexander Stepanovitch Popor (1859-1906) que recebeu, transmitiu e decifrou a primeira mensagem telegráfica sem fio com sucesso.

Também teve um brasileiro Roberto Landell de Moura, 1861, enquanto o grande feito de Guglielmo em 1900 não ultrapassa 24 Km. O padre Moura obtivera tal sucesso no interior de São Paulo em 1892, mas o governo brasileiro só reconhece seus méritos no pioneirismo científico em 1900.

Com o final da primeira Guerra Mundial um grande número de aparelhos de rádio da indústria americana Westinghouse construído para as tropas na guerra encontravam-se empilhados.

Como estratégia, para escoar a produção foi instalada uma antena no pátio da fábrica por um engenheiro norte-americano para transmitir músicas aos habitantes do bairro, propagando depois a outros bairros e países, dando origem ao rádio como conhecemos hoje.

O rádio por sua vez, utiliza a radiodifusão, serviço de telecomunicação que permitiu a transmissão de sons (radiodifusão sonora) através de suporte informacionais tais como fitas

magnéticas, cartucheiras, fitas cassetes, dats e cassetes para registrar os sons, e dados na forma de sinais elétricos e mecânicos, convertendo as ondas para registros informacionais.

Dentre as emissoras de rádio que tem a preocupação de construir o arquivo sonoro destaca-se a Rádio Universidade FM 106,9 (RADIUN), inaugurada em 21 de setembro de 1986. A RADIUN é visualizada como um laboratório para o Curso de Comunicação Social. Transcorridos dezoito anos desde sua fundação já acumulou um acervo que dispõe de registro de programas, shows, entrevistas, depoimentos, canjas e falas de artistas locais e nacionais, com ícones da história cultural ludovicense, como: Coxinho, João do Vale, Zeca Baleiro, Rosa Reis, Ferreira Goulart e outros.

Os suportes usados para a gravação dessas informações, foram principalmente as fitas magnéticas, com 1206; o CD com cerca de 20 mil e 210 fitas cassetes. Sendo que, todos estes documentos compõem o arquivo sonoro da Rádio Universidade FM.

5 ARQUIVOS SONOROS

As primeiras gravações sonoras foram feitas em discos fonográficos, composto de goma-laca (seiva translúcida viscosa extraída de árvores de climas tropicais e temperados do Extremo Oriente) ou cera de carnaúba, pesados e frágeis, datando de 1890 a 1950 (ST-LAURENT, 2001, p.12).

Após este registro sonoro entra em cena os Long Plays nos Estados Unidos, à base de plásticos, com maior capacidade de absorção de informação e de certo modo inquebráveis.

Há, em seguida, a inserção das fitas magnéticas que garantem gravações contínuas e de baixo custo, possibilitando novas gravações, apagando as processadas anteriormente se fossem piratas, caso contrário, fitas comerciais possuíam dispositivos que impediam o apagamento (PEROTA, 1997, p. 56).

Surge em tempos recentes o compact discs (CD) um dos mais modernos suportes, no que se refere às gravações sonoras, pois substitui a leitura de "agulhas" por "laser", com aproximadamente duas horas de registro.

Em 1988, chega ao mercado a fita digital de som-DAT que provavelmente substituirá os gravadores e reprodutores de fitas cassetes, porém são segundo Perota (1997, p. 57) até "[...] 10 vezes mais caros que as K-7 [...]".

Os arquivos sonoros denominam-se assim por serem constituídos de registros sonoros, "[...] artefatos legíveis por máquinas, documentos em que a integridade da informação contida está diretamente relacionada ao bem estar físico do artefato" (ST-LAURENT, 2001, p. 9). Ainda Perota (1997, p. 55) conceitua registros sonoros como "gravações sonoras ou registogramas, gravação onde as vibrações sonoras são registradas por processo mecânico ou eletrônico sobre o qual o som possa ser reproduzido".

Esses registros ou suportes informacionais são: discos, fitas cassetes, cartuchos, fitas de rolo, rolos para pianolas ou

órgãos e trilhas sonoras usados com intuito de organizar, tratar, armazenar, conservar e divulgar coleções de gravações sonoras de música, literatura, entrevistas e assuntos diversos, tais como: gravações de discursos políticos e figuras literárias destinadas a cientistas sociais e literatos; acontecimentos sociais, sessões legislativas de interesse para historiadores e antropólogos; no ensino de línguas e gravações de textos para deficientes visuais (PEROTA, 1997, p. 36). Sendo utilizados também na história oral como metodologia de pesquisa no meio acadêmico.

Os registros sonoros estão incorporados ao arquivo de diversos setores informativos: jornais, revistas, estações de TV ou emissoras de rádio para pesquisa de seu corpo editorial, e posteriormente para a comunidade onde estão inseridos.

As emissoras de rádio em geral os utilizam para armazenar entrevistas, requerendo cuidados ainda no processo de gravação, como a inserção de dados: o local, a data, o nome dos entrevistados e o número de sessão da entrevista, os quais constituem uma espécie de cabeçalho para tal gravação (ALBERTI, 1999, p. 35). Ainda esta autora, afirma que não é recomendável uma fita com entrevistas de vários entrevistados, o ideal é o registro de um só depoente, podendo ser de dias diferentes, mesmo que a fita permaneça em grande parte vazia.

5.1 Fitas magnética (FM)

As fitas magnéticas que substituem os LPs em

gravações sonoras surgem na América do Norte, após a Segunda Guerra Mundial (BOGART, 2001, p. 10).

Elas são formadas por três camadas:

- a) camada superior onde ficam as partículas magnéticas, os aglutinantes e outros componentes;
- b) o substrato, suporte de filme, é a camada que sustenta a camada superior;
- c) a camada inferior, é opcional, reduz a fricção e dissipa cargas estáticas quando rebobinadas.

Bogart (2001, p. 11) esclarece a composição das fitas magnéticas da seguinte maneira:

Fitas magnéticas são partículas magnéticas mantidas unidas por um aglutinante, que se encontra sobre um substrato de filme. Lubrificantes e outros agentes (não mostrados) podem também ser incluídos na camada de cobertura superficial. Uma cobertura pode também ser aplicada sobre a face oposta do substrato do filme para controlar a fricção e cargas estáticas. A estrutura da camada superficial é análoga a de uma gelatina com frutas, que representam as partículas magnéticas, e a gelatina, o aglutinante.

Para a gravação das fitas o microfone e o gravador de rolo se tornam indispensáveis.

5.2 Discos compactos (Compact Discs – CDs)

O CD de acordo com o Dicionário Aurélio (2000, p. 142) é:

[...] um disco óptico de tamanho relativamente pequeno (3,5 ou 5,25 polegadas), lido com laser e usado, por exemplo, para reprodução de música, ou para armazenamento de dados e programas de computador. 2. Registro, em CD de uma ou mais obras, especialmente musicais.

Os CDs por sua vez são registros digitais baseados em séries de medidas de voltagem elétrica, as quais são dígitos binários zeros e uns utilizados para digitalizar a leitura de uma voltagem.

Este suporte possui cavidade e áreas planas ao longo de uma espiral que se inicia no centro do disco (ST-LAURENT, 2001, p. 11). Ainda este autor afirma que, para as bordas da cavidade o registro é 1, para as áreas planas é 0. Então, a tradução dos dados é dada em feixe de luz sobre a camada transparente-policarbonato, que fica acima da camada de alumínio do disco convertendo esses dígitos binários em leitura da voltagem original.

5.3 Preservação dos documentos sonoros

Os documentos sonoros possuem características diferentes do documento convencional - o papel. Logo, sua preservação está diretamente relacionada aos cuidados com o artefato, como manuseio, climatização, arquivamento, enfim todos os procedimentos cabíveis para prevenir os danos à propriedade cultural, mantendo-a estável.

Segundo St-Laurent (2001, p.16) três aspectos são

importantíssimos para o manuseio e armazenamento desses registros: mantê-los livre de depósito de matéria estranha; de pressão que lhe cause deformações; armazená-los em ambiente controlado.

É necessário também, o estabelecimento de uma política de conservação, na qual estará prescrito o papel da organização e dos funcionários diante da preservação do acervo.

Na Rádio Universidade, por exemplo, a preocupação com a preservação de tais documentos começou no final da década de 90, com a ex-coordenadora do Núcleo de Produção que solicita uma estagiária de Biblioteconomia para higienizar e organizar as fitas magnéticas (primeiro registro de armazenamento de informações da emissora), em seguida expande-se para os LPs, CDs, MDs.

As informações contidas em tais suportes constituem o patrimônio cultural da emissora e o retalho da história cultural maranhense, registrados sob a forma de entrevistas, programas, canjas, prosas, músicas e depoimentos únicos de personalidades ilustres locais e nacionais.

Percebendo-se assim, a necessidade de implantação do Arquivo de Áudio Memória para perpetuação e expansão dessa riqueza cultural à comunidade através de materiais para pesquisa local ou mesmo on-line na homepage da RADIUN.

Então, os documentos sonoros, a princípio as fitas magnéticas cerca de 1206 que se encontravam empilhadas em local inadequado são remanejados para local específico, no próprio

Núcleo de Produção. Houve a necessidade de adaptação para o recebimento do acervo: mudanças e troca de lâmpadas, ar condicionado com funcionamento de 24h ininterruptas, prateleiras específicas etc. Tais procedimentos foram elencados no programa de controle ambiental elaborado pela diretora e coordenadora da RADIUN, bibliotecários e estudantes de Biblioteconomia, baseado nas técnicas arquivísticas, os quais são melhor expostos a seguir.

5.3.1 A limpeza

A primeira etapa de preservação a ser realizada nos materiais informacionais começa com a limpeza ou higienização. É o processo de eliminação de resíduos estranhos que se acumulam nos materiais.

Na RADIUN a limpeza das fitas magnéticas é feita uma por uma, utilizando-se do gravador de rolo, AKAI GX-4000D, encaixa-se o flanco do rolo no gravador, transpõe-se à fita para um outro rolo, e nesse processo de transposição um pincel macio (pêlo de Marta) é passado para retirada de poeiras e fungos que estejam aderidos a sua parte externa. Caso ainda seja observada partículas estranhas, repete-se o processo, evitando friccioná-la em demasia ou com muita pressão, para evitar a eliminação de partículas magnéticas, nas quais as informações estão armazenadas.

Após a transposição da fita, usa-se uma fralda de algodão umedecida em uma mistura (álcool 70% e água destilada), a qual é passada na fita de rolo e no invólucro para finalização da

higienização (BECK apud MATOS, 2002, p. 28). A seguir a fita repassada para seu antigo rolo, lentamente para identificação, evitando assim que bolsas de ar se formem entre as camadas, que causa uma falta de uniformidade, provocando a exposição e aglutinante do ar e deixando-as expostas à degradação do fland.

Dos CDs a higienização ocorre somente com a água destilada, material eficaz na eliminação de resíduos dessa categoria.

Para a retirada da graxa deve-se recorrer segundo S. Laurent (2001, p. 18) a mistura d'água com o surfante, solução química. Este mesmo autor ratifica que o surfante rompe "[...] ligações na superfície das grades e permite que a água penetre em partículas sólidas, ocasionando a unificação destas subsequente, a disposição aleatória".

5.3.2 Arquivamento

Assim como a higienização o arquivamento é imprescindível na política de preservação dos documentos. O arquivamento é a "guarda de documentos em mobiliário e equipamentos próprios em áreas que lhes são destinados". (PALM GOUVEIA, 2002).

De acordo com Albertini (1999, p. 35) as fitas e CDs devem ser arquivadas verticalmente para que não haja interferência da força gravitacional em torno de seu eixo. Quanto à prateleira, esta mesma autora recomenda a de madeira, para que não seja

desmagnetizadas.

Na RADIUN o arquivamento das fitas é na vertical, obedecendo à ordem de numeração, em prateleiras de concreto, forradas com isopor para isolar a umidade da sala, e portas de madeira com orifício para arejar o material. (MATOS, 2002).

Dos Cds, por sua vez, ainda são arquivados na horizontal, organizados pela ordem de numeração, em prateleiras de madeira.

Alguns cuidados devem ser tomados no arquivamento, tais como: não os expor a fonte de calor ou luz, não colocar sobre eles materiais pesados, não derrubá-los, assim como, não deixá-los próximos a campos magnéticos para evitar a deteriorização dessas gravações, critérios também incorporados no arquivamento da RADIUN.

5.3.3 Ambiente

O ambiente constitui-se como etapa indispensável na preservação dos documentos sonoros, pois necessitam de climatização invariável e específica. Assim, alguns aparelhos tornam-se extremamente necessários, como ar-condicionados, desumidificadores de ar e lâmpadas adequadas.

É prescrito para esses materiais uma temperatura de 20° C, não devendo variar mais de 2° C no período de 24 horas. A umidade deve medir de 35% a 45% com flutuação máxima de 5%, sendo também necessário uma boa circulação de ar nas estantes.

A luz segundo ST-Laurent, (2001, p. 22) deve ser feita com lâmpadas de tubos fluorescentes, evitando que ultrapasse a 70 mv/Km (microwatts por lúmen) e de preferência que sejam mantidos no escuro quando não estiverem sendo consultados.

Na RADIUN para que os registros sonoros fossem inseridos em tais condições houve adaptação do ar-condicionado ligado por 24h ininterruptas, sendo que a lâmpada que se encontrava em cima do acervo foi transferida para o centro da sala.

Dessa forma, os cuidados com essas informações estão ligados diretamente à preservação dos artefatos. Por serem documentos efêmeros esses procedimentos são essenciais à incorporação no acervo. Esses suportes passam por processamento técnico. Um desses processos é a catalogação, onde deve estabelecer-se a comparação dessa etapa realizada nos documentos sonoros da RADIUN com o indicado pelo Código de Catalogação Anglo-Americana (AACR2).

5.4 Catalogação de arquivos sonoros

A catalogação é uma atividade de organização dos documentos com o pressuposto da recuperação da informação ao usuário, é definida por Mey (1995, p. 5), como:

[...] preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou possíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir intersecção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários.

Percebendo-se nesse conceito que a catalogação é a descrição detalhada de um suporte documental, a qual se baseia em características que obedecem a uma padronização, se possível universal como: autor, título etc, tendo em vista o interesse dos usuários.

As características da catalogação auxiliam o usuário na busca da informação, pois permite ao mesmo uma localização imediata do item desejado.

O processo de catalogação é desenvolvimento através da descrição do objeto, tanto no aspecto físico quanto conceitual.

Para a catalogação do material documental existem vários códigos que a norteiam. Contudo, se adotada aqui, o *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR). Sua primeira publicação ocorreu em 1967, versão inglesa e norte-americana pela American Librarian Association (ALA), Canadian Library Association e Library Association (Inglaterra).

O Brasil passa a adotá-lo em 1969, traduzindo-o para o português. Logo, é inserido em diversas escolas de biblioteconomia brasileira, substituindo diversos códigos.

Em 1978 é publicada a segunda edição, conhecida como AACR2, traduzida entre 1983 e 1985 para o idioma português, que norteia o processo de catalogação de diferentes Unidades de Informações até os dias atuais.

Este código apresenta-se em dois volumes. A primeira refere – se às regras gerais, específicas para cada tipo de material

e analíticas do material. A segunda parte é indicada para a determinação e estabelecimento de pontos de acesso, cabeçalho e elaboração de remissivas para os documentos,

Dessa forma, ratifica-se que os suportes informacionais analisados: FM e CDs pertencem aos documentos de gravações sonoras, portanto recorre-se ao volume I, do capítulo 6, onde se apresenta como deve ser procedido segundo o AACR2.

O capítulo 6 refere-se a "[...] descrição de gravações de som em todos os meios, i. e., discos, fitas bobinas abertas, cartuchos, cassetes, rolos para pianolas (e outros rolos) e gravações de som em filmes (com exceção daquelas destinadas a acompanhar imagens [...])" (AACR2, 1983, p. 154).

Para descrição dos documentos sonoros deve ser observada a fonte principal de informações, que para a FM é o invólucro e a etiqueta, já para o CD considera-se a etiqueta. Entende-se etiqueta como qualquer rótulo de papel, plástico ou outro que contenha dados gravados ou impressos no suporte.

Quando o documento apresentar mais de 2 (duas) fontes principais de informação, recomenda-se que as considere única. Caso não exista a ordem de preferência a ser seguida, deve-se optar por textos adicionais, invólucros, encartes e outras fontes. Se existir material além da etiqueta que apresente informações adicionais, devem ser inseridas e indicadas em notas. Se por ventura, ainda, as informações sonoras sejam diversificadas da textual, que prevaleça esta (AACR2, 1983, p. 155).

Destarte, procede-se a catalogação descritiva

composta por 8 (oito) áreas, onde cada uma possui dados específicos, e para cada, há fontes específicas. O código prescreve para cada área de materiais sonoros uma regra, as quais serão seguidas de acordo com a fonte principal de informação, mencionando-se que para estes documentos são apenas 7 (sete) áreas, pois a 3 é somente para materiais cartográficos. São:

a) área

1. Título e indicação de responsabilidade
2. Edição
4. Publicação, distribuição etc.
5. Descrição física
6. Série
7. Notas
8. Número normalizado e modalidades de aquisição

b) fontes de informação prescritas

1. Fonte principal de informação
2. Fonte principal de informação, material adicional constituído de texto, invólucro
4. Fonte principal de informação, material adicional constituído de texto, invólucro
5. Qualquer fonte
6. Fonte principal de informação, material adicional constituído de texto, invólucro
7. Qualquer fonte
8. Qualquer fonte

A área de título e indicação de responsabilidade

corresponde à regra 6.1 no AACR2, nela descreve-se o nome principal do documento; quanto à indicação de responsabilidade são descritas as pessoas ou entidades responsáveis pelo conteúdo intelectual da gravação sonora.

Na área de edição, regra 6.2, são transcritas as pessoas ou entidades responsáveis pela gravação se houver.

A área da publicação, distribuição, regra 6.4, descreve o local, o nome comercial da gravadora ou companhia fabricante e data de descrição.

Na área da descrição física, regra 6.5, transcreve-se o número de unidades sonoras, a designação específica da gravação, tempo de duração em minutos, tipo de gravação, velocidade, canais sonoros e características adicionais.

A área da série, regra 6.6, "mencionadas quando conhecida, segue as mesmas regras da descrição de livros (PEROTA, 1997, p. 61).

A área das notas, regra 6.7, descreve todos os dados julgados necessários sobre a obra musical, os mais frequentes são fontes de título que não estejam na fonte principal de informação, gravações referentes a eventos, indicações de colaboradores na produção sonora, tais como: pianista, baixista e também títulos e autores das faixas se gravações coletivas.

Na área do número normalizado, regra 6.8, apresenta-se "[...] qualquer outro número aceito por acordo internacional que identifique determinado item com exclusividade". (AACR2 1983, p. 363).

O código também destaca especialmente para gravações sonoras não processadas, a regra, 6.11 para obras musicais não comerciais e geralmente únicas.

Para a entrada das gravações sonoras, recorre-se ao volume 2, regra 21.23 que cuida especialmente da descrição destes. Em primeiro lugar deve ser considerado como autor - o compositor-, se a obra contiver composições de diversas pessoas, e, interpretada por um só músico, será efetuada a entrada principal por este, 21.23C. Sendo músicas clássicas, como exemplo um pianista, interpretando várias composições, a entrada é pelo compositor (PEROTA, 1997, p. 58).

Quando a gravação for falada ou narrada, a entrada principal será pelos responsáveis pela produção do texto.

As entradas secundárias obedecem aos nomes de programas, rede ou estação; colaboradores pela gravação sonora; intérpretes; título ou séries importantes. Dessa forma, têm-se os modelos de fichas 7,5 x12, 5 cm a seguir, segundo o AACR2:

Quadro 1: Compact Discs

Ceumar

Sempre viva! [gravação de som] / produção e direção artística :
Ceumar ; produção executiva Carlos Zimbher. — Manaus: Sony Music,
2002.

1 CD (ca. 60 min.) : ótica, estereo; 12 pol.

Projeto gráfico Beatriz Corrêa e Augusto Steel.

Conteúdo: Prenda Minha / Gero Camilo — Boca da Noite / Ceumar

: Chico César; Tata Fernandes — O seu olhar / Paulo Tatit ; Arnaldo —

Parede meia / Kleber Albuquerque — Outra era / Fagner; Zeca Balciro

— Avesso / Ceumar; Alice Ruiz — Joelmir Beting, a canção / Kleber

Albuquerque — Onde quê / Sérgio Pererê — Lá / Péri — Vira Lixo /

Chico César; Suely Mesquita — Maravia / Dilú Melo; Jairo José - São

Genésio / Tata Fernandes; Gero Camilo — Rázinha Blues / Leny Rosa

I. MPB. I. Título. II. Zimbher, Carlos, prod. II. Corrêa, Beatriz

proj. IV. Steel, Augusto, proj.

As regras usadas são estas: para entrada principal =
21.23 C; 21.1A1. Para as áreas = 6.1A1; 6.1B1; 1.1B1; 6.1C1;
1.1C1; 6.1F; 6.1F1; 6.4A1; 6.4C1; 6.4D1; 6.4F1; 6.5A1; 6.5B1;
6.5B2; 6.5C2; 6.5C7; 6.5D2; 6.7A1; 6.7B6; 6.7B18. E para
secundárias = 21.29, 21.30B.

Quadro 2: Fitas Magnéticas

Ribeiro, Rita

[Músicas do Show Cunha de Rita Ribeiro] [gravação
de som] / Rita Ribeiro; produção Jurandir Serra e Roza
Santos.

No lado 1 de a fita de rolo (ca. 26 min.) : magnética.
Gravação do Show Cunha no Teatro Arthur Azevedo,
São Luís (1989) veiculadas no Santo de Casa, programa
da Rádio Universidade FM (1991)

1. MPM. I. Título. II. Santos, Roza. III. Serra, Jurandir.

As regras usadas são estas: para entrada principal =
21.23D. Para as áreas = 6.1A1, 6.11A, 6.11b, 1.B7; 6.11C, 6.5A1,
6.5B3, 6.5C2, 6.5D1, 6.5D7, 6.7B, 6.7B7, 6.7B9, 6.7B17. E para
as secundárias = 21.1A1, 21.1A2, 21.30B, 21.30H, 21.30J.

5.4. 1 A catalogação das FM e CDs na RADIUN

A RADIUN como já apresentado, possui um arquivo
sonoro invejável, com mais de 20 mil CDs, 1206 FM e 200 fitas
cassetes, sendo estas duas últimas gravações de som não
processadas conforme o AACR2.

A Rádio apresenta sistemas próprios de catalogação
para satisfação de suas necessidades informacionais. Portanto,
não adota o AACR2, mas sim, fichas descritivas e programas que

detalham respectivamente os elementos necessários para descrição de um documento sonoro. Ressaltando-se que tais itens descritivos apresentam-se semelhantes aos encontrados nas fichas catalográficas do Código Anglo-Americano.

Para as fitas utiliza-se a ficha de descrição das informações pertencentes ao documento. Assim, nas fichas descritivas da rádio são especificados o número da fita, a data do registro, o lado, o programa, duração, produção, supervisor(a), categoria, apresentador(a)/locutor(a), entrevistado(a), data da entrevista, assunto, sonoplastia e edição, técnico(a), discotecário(a) conforme são identificados na audição dos registros sonoros, depois estes dados são armazenados no ACCESS, resultando na transposição dos descritores textuais para o meio eletrônico.

O documento é identificado com uma etiqueta na sua lateral que corresponde a número seqüenciado e a letra de sua designação FM+nº da fita magnética, FK+nº da fita cassete e FT+nº do cartucho.

Com os CDs, FTs e LPs procede-se fazendo a leitura do encarte, da etiqueta, e de outras fontes textuais, como releases, as quais são armazenadas em programa eletrônico desenvolvido especialmente para o registro, catalogação e recuperação de tais documentos. Este programa foi elaborado em rede própria e no MS-DOS, o que lhe confere maior resistência a vírus, ou outro problema ocasionado por pane na rede.

Os dados registrados são: título, nome do(a) cantor(a),

gravadora, ano, estilo, data de aquisição, faixas (nome da faixa, estilo, duração) e compositor.

Dessa forma, apresenta-se o modelo de descrição das fichas das FM e dos CD:

Quadro 3: Compact Discs

INSERIR
1. CD, FT, LP
DESCRIÇÃO: Título: nome do cantor/ volumes = Sempre viva
CANTOR: Ceumar
GRAVADORA: Sony Music
ANO: 2002 DATA DE AQUISIÇÃO: 10 / 04 / 2004
ESTILO: MPB/NAC/INT. POSICÃO / /
ARQUIVAR: SIM NÃO

DESCRIÇÃO

FX	NOME DA FAIXA	ESTILO	DURAÇÃO
*01	Prenda Minha	MPB	2'54"
02	Boca da Noite	MPB	2'59"
03	O seu olhar	MPB	4'02"

Depois da inserção dos dados, de cada faixa apresenta-se um novo campo, o qual descreverá o cantor, compositor e colaboradores na elaboração da obra musical:

*CANTOR: Ceumar
COMPOSITOR: Gero Camilo / violão, guitarra, piano, efeitos Rogério Delayon / Arranjo: Ceumar e Rogério Delayon

Quadro 4: Fitas Magnéticas

Nº: FM 081
DATA DO REGISTRO: 24/11/2003
LADO: A; PROGRAMA: Santo de Casa DURAÇÃO: 26 min PRODUÇÃO: Jurandir Serra e Roza Santos
SUPERVISOR(A):
CATEGORIA: Músicas
APRESENTADOR(A) /LOCUTOR (A): Roza Santos
ENTREVISTADO(A): _____
DATA DA ENTREVISTA: 28/11/1991
ASSUNTO: Show Cunhã de Rita Ribeiro SONOPLASTIA E EDIÇÃO: _____
TÉCNICO (A): _____
DISCOTECÁRIO (A): _____
OBS.: Show realizado em 1989 no Teatro Arthur Azevedo

O processo de identificação é realizado por estagiário de Biblioteconomia e é executado com atenção e concentração, pois é com a atribuição desses descritores que estes materiais poderão assessorar no enriquecimento das pesquisas para trabalhos da RADIUN e demais usuários.

6 CONCLUSÃO

A sociedade da informação nos trouxe novas tecnologias que propiciam aos profissionais da informação alcançarem públicos diversos, eliminando barreiras de espaço - tempo, no qual o substrato informação é o elemento estratégico para vencer as desigualdades sociais, econômicas e políticas entre as nações.

Contudo, existe um grande percentual de pessoas à margem desse processo informacional, seja por falta das ferramentas tecnológicas ou, ainda por deficiências físicas. Assim, os multimeios apresentam-se como solução não tanto pelo seu valor, pois oneram certo custo para o seu tratamento e conservação. Mas para usuários com problemas visuais, pesquisadores que utilizam as fontes orais como metodologia, ou áreas ligadas à música que poderão recorrer a estes documentos para satisfação de suas necessidades informacionais.

Dessa forma, é interessante que os multimeios sejam incluídos na política de aquisição das Unidades de Informação-UIs. Porém, prescindirão de cuidados especiais, os profissionais

deverão munir-se de conhecimentos para o tratamento, processamento, uso e disseminação destes.

Pode-se inferir que a RADIUN tem buscado juntamente com a Biblioteconomia contribuir para a criação do Arquivo sonoro preservado e organizado. E assim, a organização no que se refere à catalogação desses documentos não é tão dispare quando comparada ao AACR2, devendo ser utilizada como até então, sem transtornos para recuperação dessas informações até o momento organizadas.

Sendo interessante destacar que o Código foi criado com o objetivo de padronizar os dados informacionais universalmente por isso, tem-se que obedecer a certos critérios no processo de descrição documental, de preferência dados essenciais baseados no AACR2, para que posteriormente a instituição não sofra complicações na recuperação documental.

Destacando-se que assim como as ferramentas tecnológicas advindas, sobretudo dos dígitos binários que estão em voga, os multimeios já foram e continuam no cenário documental com total fervor, sendo ainda aliadas destas UIs no processo de disseminação da informação.

Logo, aponta-se que para o reconhecimento e conhecimento do Curso de Biblioteconomia está nas mãos do próprio bibliotecário, pois é este quem deverá estar atento às necessidades do meio, incorporando novos conhecimentos: da área na qual atua, da Computação, do inglês, ou seja, tem que ser um empreendedor para que sua profissão faça-se valorizada na

sociedade. Esta parceria do Curso de Biblioteconomia com a Rádio Universidade continua, e este trabalho ainda tem sido desenvolvido por estagiários e, a pretensão desta Instituição é melhorá-lo e, desenvolver o estudo mais detalhado dos documentos sonoros com o Projeto Arquivo Áudio-Memória que tem como finalidade preservar e divulgar os registros sonoros devidamente organizados.

BIBLIOTECONOMIA AND SOCIAL COMMUNICATION:

an interdisciplinary in the construction of the sound file of the Radio Universidad FM

ABSTRACT

Catalogacion of sonorous documents of the archive of the Radio University FM. Presents the historical conceptions of the archives. One approaches the characteristics of the sonorous archives. It is distinguished the procedures of preservation of the Compacts Discs and Magnetic Fitas. It is analyzed according to catalogação of these documents AACR2. One concludes, thus, that the knowledge and recognition of the Course of Biblioteconomia depend over all on its professionals.

Key-words: Sonorous archive. Radio University FM. Conservation - sonorous documents. Catalogação of sonorous documents.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA do Rádio. Disponível em: <www.radiobrasil.br>. Acesso em: 14. nov. 2003.

ALBERTI, V. História oral e arquivos. In: SILVA, Z. L. da. (Org.) **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. 3. reimp. São Paulo: UNESP, 1999. cap. 2, p. 31-39.

ALMEIDA, M. do R. G. **Literatura cinzenta: teoria e prática**. São Luís: EDUFMA/ Sousândrade, 2000. 173p.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. 197p.

BOGART, J. W. C. V. **Armazenamento e manuseio de fitas magnéticas: um guia para bibliotecas e arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivo Nacional, 2001. 38p. Tradução José Luiz Pedersoli Júnior.

CASTILHO, A. T. de. (Org.). **A sistematização de arquivos públicos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. Preparado por The American Library Association et al. Coordenado por Michael Gorman e Paul W. Winkler. Tradução brasileira da parte I e Apêndices sob a responsabilidade da Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários. São Paulo: FEBAB, 1983. 2v.

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua português**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

MATOS, A. A. **Arquivo Sonoro da Rádio Universidade FM: guia de procedimentos para higienização de fitas magnéticas**. São Luís, 2002. Monografia (Graduação em Biblioteconomia-Centro de Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, 2002.

OGDEN, S.; GARLICK, K. **Planejamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivo Nacional, 2001. 30p. Tradução Elizabeth Larkin Nascimento e Luiz Antônio Macedo Ewbank.

PAES, M. L. **Arquivo e prática**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 228p.

PALMA, A. M.; GOUVEIA, F. C. (Coord.). **Glossário de terminologia arquivística**. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/coc/guia_acervo/glossario_arquivistica.htm>. Acesso em: 04. ago. 2004.

PEROTA, M. L. L. R. (Org.). **Multimeios: seleção, aquisição, processamento, armazenagem, empréstimo**. 4. ed. rev. Vitória: Edufes, 1997.

ST- LAURENT, G. **Guarda e manuseio de materiais de registro sonoro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivo Nacional Tradução José Luiz Pedersoli Júnior, 2001. 23p.

TAVARES, R. C. **Histórias que o rádio não contou: do galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no Mundo**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1999. 308p.

TÉCNICAS de arquivo e protocolo. Rio de Janeiro: SENAC, 1998. 96p.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 1995. 110p.

VIEIRA, S. B. **Técnicas de arquivo e controle de documentos**. Rio de Janeiro: Temas e idéias, 2001. 115p.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTADO, BIBLIOTECAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MARANHÃO: as parciais de uma realidade*

Luis Cláudio Borges**

RESUMO

Este artigo tem a pretensão de aprofundar as discussões e o debate acerca das políticas públicas de informação e de cultura elaboradas e implementadas no Estado do Maranhão, situando as bibliotecas públicas como mediadoras do conhecimento e da leitura. Ressalta também o direito de acesso à informação e aos bens culturais como direitos humanos elementares e necessários para o desenvolvimento social. Mostra dados preliminares da atual situação das bibliotecas públicas municipais maranhenses. Conclui analisando os planos e projetos pensados e implementados para efetivar a política de bibliotecas públicas no Estado.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Políticas públicas de Informação e de Cultura. Bibliotecas públicas maranhenses.

* Texto inicialmente apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação

Científica – PIBIC/UFMA/CNPq como referencial teórico do relatório parcial de acompanhamento das atividades de desenvolvimento da Pesquisa. Este trabalho bem como a pesquisa está sob a orientação e coordenação da Prof^a. Dr^a. Mary Ferreira

** Aluno do 6º período do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão e bolsista do PIBIC/UFMA/CNPq.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é fruto da pesquisa "Informação e Desigualdade Social no Maranhão: as bibliotecas, os arquivos e o profissional da informação – Desafios para pensar o Estado Democrático", financiada com recursos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UFMA/CNPq e da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão. Objetivamente, pretendemos discutir a informação como bem social necessário para se diminuir às distâncias sociais, desenvolvendo o debate em torno das bibliotecas públicas municipais maranhenses.

Para tanto parte-se de análises acerca das concepções de Estado e políticas públicas, bem como de seus princípios que devem primar pela justiça e inclusão social. Assim, através de pesquisa bibliográfica mapeamos estudos e pesquisas de Ferreira (2006), bem como as concepções de informação como elemento para a construção da cidadania, com Araújo (1999) e Rocha (2000) e o conceito de políticas públicas com Fleury (1994), estes estudos subsidiaram as reflexões decorrentes do trabalho de campo. Sabe-se que a informação e o conhecimento são fundamentais na construção de sujeitos, na medida em que os indivíduos passam a dominar determinados conceitos que irão lhes proporcionar condições de fazer transformações em seu meio social.

A partir de estudo documental junto ao site do IBGE, escolhemos municípios maranhenses, localizados ao Sul do Estado, mais precisamente na Região Tocantina, para operacionalizarmos

o trabalho de campo, que ocorreu através de visitas a estas cidades. Durante o trabalho de campo, observamos analiticamente os vários aspectos socioculturais, políticos e econômicos das cidades. Entrevistamos gestores públicos responsáveis pela implementação das políticas públicas informacionais e de cultura, bem como os/as cidadãos/cidadãs destas localidades, o que nos forneceu informações relevantes, que posteriormente foram utilizadas na constituição do diagnóstico que mostra a real situação das bibliotecas públicas municipais do Estado, e sobre tal iremos discorrer ao longo deste trabalho.

2 A POSIÇÃO DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E DE INFORMAÇÃO

As reflexões acerca da intervenção do Estado nos problemas sociais, através das políticas públicas têm como eixo central a relação de direito positivo que existe entre o/a cidadão/ã e o seu Estado. Em outros termos, a ação do Estado via políticas públicas que garantam a sociedade condições de existências dignas, é considerada uma função fundamental do Estado, legitimando paradigmas de direitos próprios a cada Estado-Nação.

Entendemos que cidadania significa o conjunto de direitos e deveres atribuídos ao indivíduo de uma nação. É também um ideal de princípios de como as pessoas podem ser na sociedade, serve de base às concepções de justiça social, que o Estado tem o dever de garantir como o acesso a serviços de saúde

de qualidade, educação, moradia, trabalho e renda, além de cultivar e manter as experiências humanas adquiridas através das relações sociais e que são acumuladas pelos povos, forjando identidades culturais. Entretanto a realidade atual reflete a postura de um Estado que tem negado à população, direitos elementares e necessários para o desenvolvimento social, econômico, político. Um Estado que, como se percebe, não conseguiu dar conta de garantir para algumas comunidades, direitos elementares ao desenvolvimento humano. Assim, a ausência do Estado e em algumas situações seu descaso para com seus cidadãos, levou setores da sociedade civil a se organizarem, no intuito de garantir os direitos humanos aos indivíduos, visando diminuir as distâncias sociais que situam o gênero, a raça/etnia e a classe social em lugares diferentes na sociedade.

Desde os anos de 1970, os movimentos sociais no Brasil reivindicam que os governos implementem e atuem na construção de políticas públicas tendo como foco a melhoria da qualidade de vida do/da cidadão/cidadã, buscando construir um Estado verdadeiramente democrático. Aliás, vale a pena ressaltar a relação entre democracia e o papel do Estado, que mantém um persistente desencontro das políticas públicas e as necessidades da população, tendo como consequência a agudização do analfabetismo, da violência urbana, doméstica, e da exclusão social.

No campo da cultura, que em nossa concepção é um conjunto de características, papéis atribuições, normas, valores,

conhecimentos, costumes, crenças e instituições humanas criadas através das relações sociais, para fins de proporcionar aos homens e mulheres as condições de viver em sociedade, de estimular o gosto estético, valorizar suas raízes históricas, pode-se analisar as intervenções do Estado nesta área a partir da observação analítica das ações de um órgão que tem por missão preservar e difundir o conhecimento produzido pela humanidade, aprimorando a visão cultural e estimulando a leitura dos indivíduos do Estado: a biblioteca pública.

As bibliotecas públicas, de modo geral, ao longo de sua existência vêm passando por transformações que têm alterado as suas estruturas para que possam disponibilizar produtos e serviços de qualidade aos seus usuários, influenciando o desenvolvimento da comunidade. Estes espaços de cultura têm uma filosofia de trabalho própria, que esta fundamentada no ideal de "democratização e socialização do saber" (FERREIRA, 2006, p. 116), oportunizando aos indivíduos o acesso a elevados níveis de conhecimento, o que lhes pode assegurar tomadas de decisões livres e conscientes, permitindo aos sujeitos compreender melhor a realidade que o cerca, como ela se estrutura, e como pode reagir à mesma, assumindo seu destino e dos seus/suas semelhantes com autonomia, buscando a transformação da conjuntura social. De sorte, que a biblioteca pública exige para o seu desenvolvimento esta consciência da realidade, que faz parte da visão geral que cada um/uma têm do contexto.

Contudo, conforme afirma Ferreira (2006, p. 116):

Suas funções e ação, entretanto, são marcadas por contradições, avanços e recuos, transformando-as em uma instituição cheia de ambigüidades e dificultando uma atuação mais política de forma que venha a romper com o modelo conservador de fazer biblioteca, até então vigente, na maioria dos estados brasileiros.

Nesse sentido, a biblioteca tem sua organização de acordo com a ótica política, em que tais ambigüidades e contradições conjuntamente com a atuação do Estado junto a estas organizações públicas mostram um quadro de desatenção do poder público. Tal fator constitui-se como ferramenta para o não desenvolvimento da biblioteca pública, e conseqüentemente, afasta esta da população. Mudar esse quadro é uma necessidade para que a Biblioteca passe a ser considerado um espaço dinâmico de saberes disponibilizados a população através de acervos atualizados que proporcione canais de formação e informação. Além disso, é importante que as bibliotecas se transformem em centros de preservação da memória, bem como de fomento as praticas culturais, hoje uma necessidade das comunidades que cada vez mais tem perdido a perspectiva de suas histórias de vida, suas crenças e saberes muitos deles não valorizadas pela sociedade moderna.

As bibliotecas públicas são importantes espaços de informação e conhecimento, e sabe-se que estes dois elementos empoderam os indivíduos ao ponto destes dominarem determinados conceitos que irão lhes proporcionar condições de fazer mudanças no seu meio social. Logo, a construção da

cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso da informação, "pois tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres" (ARAÚJO, 1999, p. 158), ou seja, depende de políticas públicas de democratização do livro, da leitura, que garantam a ampla disseminação, circulação e socialização da informação e, ainda, "de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e com maiores oportunidades para todos os cidadãos" (ARAÚJO, 1999, p. 158).

Para o Estado, a acessibilidade à informação tem por finalidade a manutenção de sua soberania. O uso desse recurso é orientado no sentido de coordenar a complexidade social no que se refere à ordem, por intermédio de suas instituições legislativas, executivas e judiciárias. Em caráter específico,

a informação no contexto do Estado está voltada para a análise da realidade social e subsequente elaboração, aplicação e controle de políticas públicas que promovam o bem-estar da coletividade (FERREIRA, 2003, p. 3)

Nessa direção, políticas públicas de informação devem ter como propósito promover o acesso à informação, fomentado o desenvolvimento do potencial criativo e intelectual de homens e mulheres, dando sentido às ações destes sujeitos no cotidiano. Permite tornar públicas as proposições políticas e decisões que tomadas na esfera pública, têm reflexos diretos sobre a qualidade

de vida da população. Conforme afirma Araújo (1999) e Rocha (2000) o exercício da cidadania, só é possível se os/as cidadão/cidadã tiverem o pleno conhecimento de seus direitos e deveres enquanto membros do Estado. Há tempos, as políticas desenvolvidas pelo estado no campo da informação como um recurso de gestão e desenvolvimento para o País, não conseguem atingir a sociedade no seu conjunto. Ela continua sendo um privilégio de alguns setores da sociedade.

Compreendemos que a democratização da informação no contexto de uma ação estatal depende, sobretudo, de vontade política para transformar as unidades de informação, no sentido de melhorar e ampliar os seus produtos e serviços. Pode-se, também, pensar na construção de novas unidades informacionais públicas, distribuídas nos vários municípios e em bairros populares, estruturadas com computadores ligados à internet, com obras literárias e de referência atualizadas, sob a gerência de profissionais habilitados – bibliotecários – para orientar o/a cidadão/cidadã na busca da informação desejada em qualquer que seja o suporte.

Dessa forma, a informação será vista como um bem social, como um direito humano tão importante quanto o direito à saúde, à educação e à justiça. Haja vista que, a legitimação de homens e mulheres como sujeitos de direitos perpassa necessariamente pela consolidação do direito de acesso à informação, condição elementar para a conquista de novos direitos

políticos, civis e sociais, em uma sociedade cada vez mais caracterizada pela velocidade de mudanças que nela ocorrem.

3 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MARANHENSES

O Estado do Maranhão apresenta um dos piores quadros de sua história, do ponto de vista dos seus indicadores e Índices de Desenvolvimento Humano (IDH): o analfabetismo atinge cerca de 26%; 18% da população passando fome; 63% de pobres; 68% de pessoas vivendo com menos de 80 reais por mês; Concentração de terras sob o domínio de latifundiários em torno de 80% do total de terras e apenas 2,9% de terras pertencentes ao minifúndio. A participação na riqueza nacional é inferior a 1%, combinada com a desigualdade social, em que menos de 0,5% dos ricos controlam mais de 60% da riqueza estadual. (FERREIRA, 2006)

No campo da política, passa-se por um momento de transição em que sai do governo estadual uma oligarquia que controlava as riquezas maranhenses há quarenta anos, responsável por um modelo de desenvolvimento patrimonialista, assistencialista marcado por relações hierárquicas cujas disputas entre grupos e facções políticas contribuíram para a pouca renovação dos gestores públicos refletindo por sua vez na descontinuidade dos projetos implantados pelo Estado levando as instituições públicas, a exemplo da biblioteca pública ao não atendimento das necessidades informacionais da população (FERREIRA, 2006).

E em se tratando da Biblioteca Pública "Benedito Leite" esta tem sentido as conseqüências deste fazer política no Maranhão, especialmente às voltadas para as áreas de informação, educação e principalmente cultura. Conforme afirma Ferreira (2006, p. 119): "no Maranhão as políticas culturais ainda estão alicerçadas em modelos conservadores que vêm legitimar as elites que dominam esse Estado", em outros termos, no que tange as políticas de cultura, as intervenções do poder público têm se dado na maioria das vezes no intuito de defender os direitos de grupos políticos e econômicos dominantes, "o que reduz toda política [...] a um mero elemento da estratégia de exploração e/ou legitimação do exercício da dominação" (FLEURY, 1994, p.15) do povo maranhense.

Assim, a biblioteca pública do Estado ao longo de sua existência vem enfrentando problemas oriundos desta falta de políticas públicas voltadas para bibliotecas. Problemas estes que são de toda ordem, destacando-se a falta de recursos financeiros que garanta a manutenção dos serviços, como acervos atualizados e equipamentos informatizados que facilite o acesso da população à informação. Ressalta-se também que os gestores públicos responsáveis pela elaboração e implementação das políticas de bibliotecas não conseguiram dar um caráter universalista e democrático as bibliotecas maranhenses, "contribui para isso o desconhecimento da verdadeira função social desses espaços de cultura responsáveis pela democratização do acesso à leitura em grande parte do Estado do Maranhão" (FERREIRA, 2006, p. 73).

Nesta discussão, faz importante destacar a criação, na década de setenta pela Biblioteca Pública "Benedito Leite", do Sistema Estadual de bibliotecas públicas – SEB, que objetiva implantar e dinamizar bibliotecas em todos os municípios do Maranhão. Esse Sistema foi pensado a partir dos princípios da UNESCO, e além de interiorizar os serviços e produtos da biblioteca, previa também o treinamento para auxiliares de bibliotecas, que por sua vez seriam os responsáveis por coordenar as ações das bibliotecas nos municípios maranhenses. Contudo, a atuação do SEB esbarra na falta de políticas voltadas para este fim.

Desta forma, é quase inexistente a relação da biblioteca pública e as bibliotecas municipais como estamos investigando através da pesquisa "Informação e desigualdade social no Maranhão: as bibliotecas, os arquivos e o profissional da informação – Desafios para pensar o Estado democrático", os primeiros dados apurados, ainda que parciais, apontam para uma situação caótica a que as bibliotecas públicas maranhenses estão submetidas. Através das visitas de campo do mapeamento das bibliotecas municipais, nas mais variadas regiões do Estado estamos constatando que estas organizações, quando existem, tem funcionado com o mínimo possível de ajuda dos governos municipais ao qual estão ligadas. Percebe-se que os acervos e os equipamentos que compõe estas bibliotecas são os mesmos desde sua criação, o que, aliás, temos apurado ocorreu na década de 1980 por intermédio de uma política do então existente Instituto

Nacional do Livro – INL, que dentre outras ações previa através de um convênio celebrado entre a prefeitura do município e o referido Instituto, além da criação da biblioteca, sua instalação e manutenção, bem como obrigava a prefeitura a atribuir em seu orçamento anual um valor referente a dez salários mínimos regionais, para a aquisição de obras destinadas ao acervo da biblioteca. Porém, após a extinção do INL, durante o Governo Collor percebe-se que nada foi feito para melhorar os produtos e serviços destas organizações.

Soma-se a esta situação, o baixo percentual orçamentário alocados pelas Secretarias, em especial a Secretaria de Estado da Cultura, às bibliotecas públicas maranhenses para o desenvolvimento de suas atividades, e para o acompanhamento destas ações pela Biblioteca Pública Benedito Leite.

As visitas da pesquisa de campo têm nos oportunizados ver o estado real das bibliotecas públicas, bem como dos municípios maranhenses. Durante o mapeamento, temos observado cuidadosamente vários aspectos relevantes das bibliotecas, tais como: espaço físico, equipamentos, acervos, recurso humano, localização e tipos de usuários, pois tais pontos são importantes para nossas análises. Temos também entrevistado gestores públicos municipais, o que nos permite analisar com mais profundidade as ações do poder público junto a estes órgãos. Das regiões maranhenses já mapeadas, destacamos neste estudo a Região Sul do Maranhão ou Região Tocantina como é popularmente conhecida por muitos.

Durante dez dias municípios percorremos municípios como Imperatriz, segunda maior cidade do Estado, e importante centro econômico maranhense. A cidade, hoje com cerca de 230 mil habitantes, tem o catolicismo como a religião da grande maioria da população. O município teve sua fundação em 26 de julho de 1852, e ao longo de sua história, vem ganhando espaço no cenário político, e se firmando como potência econômica, estabelecendo assim a liderança na Região. Em Imperatriz encontramos a Biblioteca Pública Municipal "Professor Osvaldo Ferreira Carvalho", funcionando de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 18h00. O quadro de funcionários do órgão é composto por 08 profissionais, sendo: 06 atendentes, 01 coordenadora, 01 serviços gerais. Apurou-se que nenhum dos funcionários da biblioteca possui cursos na área de Biblioteconomia. A biblioteca esta equipada com: 12 mesas de madeira quadradas de tamanho médio com capacidade para 06 pessoas, 02 aparelhos condicionadores de ar (que estão funcionando com defeito), 02 ventiladores de teto, aproximadamente 40 estantes de ferro e outras de madeira, 01 armário e 01 arquivo. O órgão não possui computadores, banheiros e nem bebedores de água. No que tocante aos acervos com aproximadamente 8.795 livros, estes são antigos. As atendentes nos informaram que a maior motivo dos usuários utilizarem à biblioteca são por causa das pesquisas escolares, o que caracteriza o seu maior público, os estudantes de ensino fundamental, médio e superior.

Outro município que muito nos chamou atenção é Davinópolis, ou Vila David como é conhecida à cidade com aproximadamente 11.721 habitantes. A Biblioteca Pública Municipal "Carlos Drummond de Andrade", esta localizada no prédio do Centro Integrado Educacional de Davinópolis – CIED. O prédio do CIED é um espaço muito antigo e em ruínas que abriga além da biblioteca, a secretaria municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, uma escola agrícola, uma escola de ensino fundamental e um centro de Referência para Menores em conflito com a lei. É um espaço muito distante da zona urbana, e está situado em uma estrada que liga a cidade a BR – 010. A biblioteca municipal de Davinópolis esta instalada em uma sala pequena do CIED, e possui 01 mesa grande de madeira, 02 mesas pequenas, 06 cadeiras, 11 estantes e 04 cadeiras.

O acervo possui cerca de 70 livros didáticos de ensino fundamental. O quadro de funcionários é composto apenas por uma técnica administrativa da prefeitura, que me informou ter concluído o ensino fundamental. A mesma também nos informou que não possui nenhum curso na área de Biblioteconomia. Esta também nos disse que a biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, das 08 às 12h00 e das 14h00 às 18h00 e que o maior público da biblioteca são os estudantes do ensino fundamental. Vale ressaltar que a técnica disse que têm muitos problemas no órgão, problemas estes de toda ordem: desde falta de materiais básicos de escritórios como canetas e papéis para a manutenção das atividades da organização até a precariedade dos equipamentos, acervos, e da

estrutura da biblioteca. Que como observamos esta muito deteriorada. As paredes da biblioteca estão sujas, cheias de buracos, com o reboco caindo, o teto esta cheio de goteiras, a porta não tem fechadura, a iluminação é precária entre tantos outros muitos problemas.

Em João Lisboa, município com aproximadamente 26.000 mil habitantes. A economia gira em torno do comércio atacadista, da agricultura e do serviço público. A cidade tem 15 escolas de ensino fundamental, 01 teatro, associações de moradores, 03 Centros de Saúde, 01 Conselho tutelar, 01 Delegacia de policia, 01 fórum, Bancos e 01 Indústria pequena, a Associação das doceiras de João Lisboa, uma cooperativa de mulheres doceiras que fabricam e vendem doces. A cidade possui 01 Biblioteca Pública Municipal, batizada de "Esc. Josué Montello", esta foi criada em 02 de agosto de 1991, na gestão do então prefeito Sálvio Dino. O órgão funciona de segunda a sexta-feira, das 08h00 as 22h00. Esta localizada em um ponto estratégico ao centro da cidade, ao lado fundo do teatro municipal de João Lisboa. A biblioteca possui em seu quadro de funcionário: 05 auxiliares de biblioteca, 02 zeladores e 01 diretora geral. No que desrespeito aos equipamentos o órgão possui: 01 balcão de madeira (serviço de referência), 03 mesas, 16 estantes feitas de concreto com prateleiras de madeira e 01 armário. O acervo é antigo e está deteriorado pelo uso constante. segundo uma das auxiliares da biblioteca, este é motivo constante de reclamação por parte dos estudantes do ensino fundamental e médio, os maiores públicos

da biblioteca. Ainda sobre o acervo, este, contudo, está classificado embora de forma simples. Fomos informados também que a biblioteca não compra livros, e que a única vez que estes foram comprados foi quando de sua criação na década de 1990.

Vale a pena destacar, o município de Governador Edison Lobão, com aproximadamente 12.00 mil habitantes. A economia da cidade gira em torno do comércio, da agricultura e do serviço público. Na política, o município esta sob a gestão do prefeito Washington Luis Silva Plácido, do PFL. A câmara de vereadores possui 09 vereadores: 07 homens e 02 mulheres. No campo da educação e cultura o município possui 12 escolas de ensino fundamental na zona urbana. Na há museus, arquivos públicos, academia de letras, centros de cultura, cinema ou associações de apoio à cultura. Em relação à biblioteca pública municipal, esta não possui sede própria, estando localizada na época da visita em uma casa alugada. Na oportunidade, a biblioteca estava fechada, de sorte que nós com o auxílio de alguns moradores conseguimos chegar à casa de um dos técnicos da biblioteca e do Departamento de Cultura, Esporte e Lazer, da Secretaria municipal de Educação do município. O mesmo nos informou que a biblioteca foi inaugurada a cinco anos de forma precária e sem muitos recursos.

Observamos que o fato da sede do órgão, não ser um imóvel próprio da Prefeitura, implica nas constantes mudanças de endereço da instituição. Outro problema levantado é quanto ao acervo, cerca de 200 livros didáticos de ensino fundamental. Fomos

informados que a biblioteca possui 02 mesas grandes de madeira, 12 cadeiras, 05 estantes, um ventilador e um armário pequeno onde são guardados materiais de escritórios. Segundo apuramos o público que mais freqüenta a biblioteca são os estudantes de ensino médio, e as literaturas mais procuradas são os livros didáticos, embora a biblioteca ainda não disponibilize o serviço de empréstimo domiciliar. O quadro de servidores do órgão possui 03 auxiliares de biblioteca, 01 serviços gerais e 01 vigia. A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00. Depois de algum tempo entrevistando o técnico da biblioteca pública de Gov. Edison Lobão, descobrimos que o órgão estava fechado por que a Prefeitura não havia pago a conta de energia elétrica, o que acarretou na interrupção do fornecimento de energia elétrica a biblioteca e conseqüentemente a paralisação de suas atividades.

Enfim, apesar dos dados levantados ainda serem resultados parciais do estudo, já se vislumbra a imensa crise porque tem passado às bibliotecas públicas maranhenses ao longo destes últimos anos. Estas organizações que são por excelência espaços de democratização do saber estão jogadas a própria sorte, contando poucas vezes apenas com a coragem e boa vontade dos/das profissionais e usuários/as que sabem da verdadeira função social destas instituições. Um futuro melhor para as bibliotecas públicas do Maranhão só emergirá, através da ação da sociedade sobre o Estado.

4 CONCLUSÃO

Até aqui pensamos a informação e o conhecimento como direitos humanos elementares para o desenvolvimento do potencial intelectual e criativo de sujeitos, assim como instrumentos necessários para a conquista de novos direitos civis, sociais e políticos. E no bojo desta discussão chamamos a atenção para as bibliotecas públicas por serem espaços de promoção e socialização do conhecimento, bem como de preservação da memória e dos bens culturais da humanidade.

As pesquisas situam o Estado do Maranhão como um dos Estados mais pobres da federação como evidenciam os indicadores sociais dos últimos anos, revelando uma estrutura de Estado centralizador, patrimonialista, cujas ações voltadas para as bibliotecas públicas municipais apontam para um descaso dos gestores públicos com estes órgãos.

No tocante as bibliotecas públicas maranhenses tais fatores são determinantes na precariedade dos serviços e na qualidade do atendimento oferecido à sociedade. Por fim, vale ressaltar que os gestores públicos responsáveis pela implementação das políticas de bibliotecas públicas ainda não conseguiram dar um caráter universalista e democrático para as bibliotecas. As parciais dessa realidade sinalizam para o esvaziamento das funções sociais desta organização, o que a reduz a mero "depósito de livros".

CONSIDERATION ABOUT STATE, LIBRARIES AND PUBLIC POLITICS IN MARANHÃO: the biased of a reality*

ABSTRACT

This article has pretension to deepen the fights and the discussion referring to the public politics of the elaborated information and to cultivate them and of the instruments in the State of the Maranhão, being needed the public libraries like mediating of the knowledge and the reading. Also it approaches the right of the access to information and cultural like a the right elementary and necessary human beings for the social development. Muestree the given preliminary of the present situation of the municipal maranhenses of the public libraries. It concludes to analyze the plans and thought of the projects and position in execution to obtain the politic of public libraries in the State.

Key words: Public politics, Public politics of the information and the culture, Public libraries of maranhenses.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto das Organizações Não-Governamentais brasileiras. *Ciência da informação*. Brasília, v.29, n. 2, p. 155-167, maio/ago.1999.
- BORGES, Luis Cláudio; FERREIRA, Maria Mary. Informação e desigualdade social: as bibliotecas públicas e a prática políticas dos gestores públicos maranhenses. In: ZANNONI, Cláudio (org.). *VI Encontro humanístico*: caderno de resumos. São Luís: EDUFMA, 2006.

FERREIRA, Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as Bibliotecas Públicas para onde vão? **Transinformação**, Campinas, v.18, n.2 p. 113-122, maio./ago.2006.

FERREIRA, Mary. Mulher, gênero e políticas públicas. São Luis: Núcleo interdisciplinar Mulher, Cidadania e Relações de Gênero, UFMA, 1997.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **SciELOBrasil**, v.32, n.1, jan./abr. 2003. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: 15 ago.2006.

FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadão**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, 252p.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão da cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.1, p. 40-45, jan./abr.2000.

MÚSICA: uma prática de leitura*

Alice Beatriz Mendes dos Santos**
Gleice Melo da Silva**

RESUMO

A Música é caracterizada como ferramenta poderosa de entretenimento e lazer, entendida nesse contexto como fonte de leitura que propicia o aprendizado e contribui para a formação do cidadão. Este estudo tem por objetivo demonstrar como esta ferramenta pode ser utilizada pelo estudante, pelo educador, Bibliotecários e pelas pessoas em geral que em sua atuação contribuem para o desenvolvimento intelectual e cultural.

Palavras-chave: Música. Fonte de leitura. Cultura Educação. Alienação.

1 INTRODUÇÃO

A importância da música no cenário da cultura é inegável. Pode-se constatar que além de sua relevância como manifestação estética, tradutora de múltiplas identidades culturais, apresenta-se como uma das mais poderosas formas de

* Artigo apresentado à disciplina Formação de Leitores ministrado pela profa. Ms. Maria Cléia Nunes.

**Aluna do Curso de Biblioteconomia do 7º período da Universidade Federal do Maranhão.

preservação da memória coletiva e como um espaço social privilegiado para as leituras e interpretações.

Ao exercer o hábito da leitura através da música é que recebemos informações que retratam de alguma forma, situações, expressões ou fatos de uma realidade etc. Portanto para ler a música: o indivíduo necessita antes compreender o contexto o qual está inserido, pois, desde os primórdios, a música sempre esteve veiculada ao conhecimento, sua proposta, entretanto é expressar sentimentos, desejos ou simplesmente às informações que foram apreendidas em diferentes épocas, por isto, mantêm relação íntima com o momento histórico.

De acordo com Caldas (1985) "No Brasil, em todos os momentos, a música marcou presença, registrou fatos da maior importância sociológica, destacou tendências e transformações, permitindo-nos inclusive, conhecer melhor a sociedade."

Os filósofos gregos faziam da música uma das mais importantes bases dos seus sistemas de educação, muitos séculos se passaram e parece não ter se alterado a idéia em reconhecer na música um meio de educação de poder extraordinário, que se pode usar para elevar a alma, fixar a atenção e preparar a vontade.

É possível perceber hoje um mercado consumista interessado em sucessos passageiros, letras de músicas levianas, em artistas que representam a vulgaridade e a banalização, símbolos de compra, enfim do declínio e da lição do mau exemplo dado por pessoas que deveriam estar utilizando o poder de comunicação da mídia para o ensino e a valorização da cultura em

vez de pensar só em seus interesses de lucro, deixando com que as pessoas se tornem seres cada vez mais alienados e acrílicos.

Desse modo o sistema educacional do país tem uma missão importante a cumprir, contribuir para o ensino e a valorização da cultura incentivando o aluno a pensar, em vez de fazer com que ele só aceite o que lhe é imposto. Nesse contexto a educação musical é entendida aqui, como um meio capaz de promover o espírito crítico que compreende e interpreta os mais diversos códigos, através de métodos que possam facilitar e ser motivos de interesse e aprendizagem eficientes. Entretanto, para fazer valer tal entendimento, é necessário reconhecer a importância da música no cenário de nossas vidas, o que não é tão difícil assim, pois, a sua presença pode ser percebida no cotidiano, desde o som dos pássaros, ao assobiar das aves, e o barulho das ondas, onde são todos exemplos reais disso.

A música é fonte de animação e energia que eleva o espírito, incentiva o gosto pelo belo, representa o lado estético da educação. Pode-se dizer, que ela é fonte mais facilmente aceita e depressa apreendida do que a literatura, pois, ajuda o aluno a sentir o encanto e a emoção dos seus sentimentos e pensamentos, além de desenvolver as funções intelectuais e conhecimentos.

São inúmeras as práticas musicais que podem ser utilizadas nas escolas para a instrução e aprendizado dos alunos, pois a música quando bem trabalhada pelo mediador (Professores, Bibliotecários...), é um meio que pode trazer satisfação e agrado bem maior do que normalmente os deveres

taxativos impostos pelos professores em sala de aula, onde só faz com que a criança crie repúdio deixando o rendimento cair por causa da insatisfação, portanto é indispensável que a aula seja para a criança um meio alegre e agradável e é provável que se conseguirá isso de modo mais rápido e eficiente através da música. Dentro desta nova concepção de educação, a função do mediador é completamente transformada. Este não deve ser mais um agente passivo, encarregado de ser o responsável em encher o espírito de conhecimentos e manipulador intelectual, ao contrário, deve ser estimulador de interesses e despertador das necessidades intelectuais e morais. Em vez de se limitar a transmitir a seus alunos os conhecimentos possuídos por ele mesmo, deve ajudá-los a adquiri-los por eles próprios, através de trabalhos e pesquisas pessoais. Desse modo o entusiasmo será o fator mais importante do que a erudição. É necessário que a escola leve em consideração as aptidões individuais, deixando de lado o que deve ser obrigatório e incentivando o interesse e as vontades do aluno, pois o motor da educação não deve ser o castigo e sim o interesse profundo pela coisa que se trata de assimilar. A música exerce tal poder e influência que os educadores devem-na utilizar em seu plano motivacional a fim de conseguir melhores resultados.

São inúmeros os métodos que podem ser adotados pelos educadores em sala de aula a fim de despertar o interesse dos alunos através da música: desenvolver a memorização e a atenção; influenciar na formação do caráter na cultura da inteligência dos sentimentos; despertar o gosto artístico; aperfeiçoar a função

socializadora exercendo o trabalho de cooperação; proporcionar o equilíbrio físico e emocional, dentre outros que podem ser percebidos através da motivação e rendimento dos alunos.

Assim sendo torna-se fundamental analisar a questão dos problemas educacionais do Brasil e objetivar as superações das barreiras que impedem a construção crítica da sociedade, sendo, entretanto, partindo da música para dar o primeiro passo em direção a mudança social e a liberdade.

2 OS PROBLEMAS EDUCACIONAIS INFLUENCIANDO A LEITURA CRÍTICA DA MÚSICA

Ler é um ótimo exercício para a mente, dá condição ao exercício da cidadania, sem o domínio da habilidade da mesma, o indivíduo permanece marginalizado no acesso aos bens culturais que lhes asseguram a inclusão social, a dignidade e a auto-realização.

Com efeito, a leitura proporciona ao indivíduo a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais, culturais e profissionais.

Depreendemos também que a leitura reveste-se de um caráter formativo e de um caráter instrumental, isto é, ela serve para nos aprimorarmos enquanto pessoa e como instrumento para melhorar o nosso desempenho em inúmeras atividades que realizamos na nossa vida social, acadêmica e profissional.

É bastante comum que professores das mais diferentes áreas atribuam o fracasso dos alunos em sua disciplina ao fato de "não saberem ler". Portanto, dificuldades de compreensão afetam diretamente seu desempenho não só no que diz respeito à linguagem, mas em toda a sua escolaridade.

Sabe-se que no Brasil a prática de leitura não se apresenta de maneira abundante, sabe-se também que por mais que tenham surgido muitos projetos e programas de incentivo a leitura, à educação no país continua deixando muito a desejar. Infelizmente o índice de analfabetismo no Brasil ainda é muito elevado, e não é só o analfabetismo de não saber ler e escrever, mas sim o de ler sem compreender, os chamados analfabetos funcionais. A deficiência existente na nossa realidade educacional prejudica não apenas a preservação e a valorização da nossa cultura, mais também a maior participação político-social por parte dos brasileiros.

A música é sem sombra de dúvidas uma das maiores manifestações culturais de um povo; sua importância está não apenas atrelada a sua sonoridade e a sua melodia, mas principalmente a sua capacidade de inserir-se na vida das pessoas, fazendo parte da história do cotidiano das mesmas e tendo relevante influência sobre a formação ideológica de um povo.

Há tempos os processos educacionais caminham juntos aos processos artísticos musicais. A música de qualidade, ler a

vida, os sentimentos, os problemas sócio-culturais, políticos e econômicos.

Hoje o nosso país vive um paradoxo. Ao mesmo tempo em que se tenta conduzir a educação a um desenvolvimento, a uma evolução, surge também um verdadeiro bombardeio de músicas grotescas, de duplo sentido, que ao invés de incentivar e produzir um desenvolvimento intelectual aparece em prol da difusão da banalização da "burrice humana".

É preciso ensinar não apenas a ler e escrever é de suma importância ensinar-se a ler a vida, incentivar a educação musical a leitura da música seria um ótimo começo. Segundo, Gainza (1998, p. 87);

A Educação musical constitui uma contribuição significativa e sistemática ao processo integral do desenvolvimento humano. Uma de suas principais tarefas consiste em estudar para chegar a influenciar positivamente a conduta do homem em relação ao som e à música não apenas ao longo de todo o processo vital, mas também diante da enorme diversidade de circunstâncias humanas. É de importância fundamental que em todos os países as autoridades educacionais sejam suficientemente lúcidas para resgatar a música e colocá-la a serviço da educação, ou seja, do desenvolvimento integral do homem.

É evidente que uma boa educação é primordial para a formação de uma sociedade lúcida e ativa e mais exigente quanto à produção musical do seu país. A música deve ser apenas mais um instrumento em benefício da disseminação da informação não um veículo de atrofiamento intelectual.

Schurmann (1990, p.186), também fala sobre a relação que há entre a música e a educação. Ele afirma que:

É preciso dar-se conta do fato de que por música não se entende apenas o conjunto de obras produzidas por gênios, mas também e, sobretudo os singelos atos de musicar que, a nível da comunicação social, podem ser produzidos com a mesma facilidade que os atos de fala.

A música, portanto, não é só uma relação entre som, melodia e voz, é também um texto; as letras musicais quando compreendidas pelos ouvintes, formam um verdadeiro diálogo com os mesmos. Apud Schurmann (1990,p.186);

É preciso que a música na arte-educação venha favorecer o desencadeamento de um processo pelos quais os educandos desenvolvam nas práticas expressivas independentemente dos modelos impostos pela música de consumo; ao mesmo tempo em que desenvolve uma consciência capaz de servir de anteparo, permitindo às novas gerações que já não sejam mais tão vulneráveis às investidas massificadoras cada vez mais impetuosas da indústria cultural. É efetivamente para um processo mais amplo de transformações sociais por meio das quais seja possível construir um futuro no qual o trabalho, em lugar de ser totalmente alienado, se converta em uma atividade criadora e no qual a música em lugar de ser uma mercadoria a ser consumida por massa amorfa, readquira a sua qualidade de modo de comunicação[...].

A educação mascarada com a qual convivemos ou sobrevivemos nos remete a um auto grau de alienação.

Submetemos-nos e fazemos coro para músicas de conteúdo pobre, sem a menor preocupação com a moral a lógica, a conscientização e tantas outras coisas de evidente importância para as relações sociais.

A expectativa de que os jovens de hoje revertam esse quadro é grande. O músico Gabriel O Pensador tem uma visão ampla a este respeito em trecho de sua música onde ele diz; [...] "Muda que quando a gente muda o mundo muda com a gente e a gente muda o mundo na mudança da mente" [...]. Ele tenta despertar as pessoas para que possam enxergar os males sociais. Com o mesmo intuito o vocalista Chorão da banda Charlie Brown Jr., em trecho da música, Não é sério diz que:

O que eu consigo ver é só um terço do problema é o sistema que tem que mudar, não se pode parar de lutar se não muda a juventude tem que estar afim tem que se unir o abuso do trabalho infantil e ignorância faz diminuir a esperança. O que eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério.

Isso mostra que ao mesmo tempo em que se incentiva uma reação dos jovens lembra-se que esta reação muitas vezes é limitada, pois, devido à pobreza, os jovens tendem sair das escolas para encarar de maneira precoce o trabalho, e devido esta evasão escolar os jovens não adquirem conhecimentos suficientes para fazer críticas, principalmente no que diz respeito às músicas e por isso tendem em aceitar e achar que são boas às músicas que os deixam ainda mais alienados.

3 CONCLUSÃO

A expressiva disposição para a leitura da população, deve vir através do incentivo que se encontra muitas vezes através do divertimento e do prazer esse prazer pode ser dado de inúmeras maneiras e principalmente em gestos mais populares onde todos podem ter acesso. a música, seria o exemplo mais evidente disso, pois ela interpreta a alma do povo e fala da própria cultura. Diante dessa hipótese, é de suma importância avaliar e encarar tal processo como significativo para a aprendizagem nas escolas pois além de poder formar cidadãos conscientes que valorizem a leitura independente do formato que ela se encontre estará também fazendo a sociedade pensar em outra forma de educação ou seja usar a música para ajudar no programa educacional, tentando encontrar pontes de informações de aprendizado buscando maneiras de dar oportunidades ao desenvolvimento, tendo aí uma saída para compartilhar sentimentos e pensamentos.

MUSIC

practical one of reading

ABSTRACT

Music is characterized as a source of entertainment, understood as reading tool that propitiates the pleasure and the leisure. This work has for objective to demonstrate as this tool can be applied by the student, the professional and

the people in general in its leaning and performance contributing for the intellectual and cultural development.

Key-word: Music,reading source, Culture, Education, Alienation.

REFERÊNCIAS

CALDAS,Waldenyr. **Iniciação à música popular brasileira**. São Paulo:Ática,1985.

GAINZA,Violeta Hemsy de. **Estudos de psicopedagogia musical**. São Paulo: Summus,1988.

SCHURMANN,E.F. **A Música como linguagem**: Uma abordagem histórica.2ªed.São Paulo:CNPq/ Brasiliense,1990.

O Profissional da Informação e a Sociedade do Conhecimento*

Prof^a. Maria Cléa Nunes

Hoje é um momento de transição na vida de todos vocês, formandos. Encerra-se um capítulo de uma obra escrita por etapas, onde a primeira teve como proposições argumentativas na construção do referencial teórico-prático necessário a carreira profissional, o diálogo com os professores, no contexto de cada disciplina ministrada no decorrer do tempo estipulado para a tão esperada Colação de Grau, para o momento de serem formalmente reconhecidos como "Profissionais da Informação".

Esta transição ocorre em circunstância ímpar com relação as transformações econômica, política e cultural pela qual a sociedade tem passado e, muitos capítulos ainda terão que serem escritos, onde o cenário presente para o desempenho da profissão que escolheram possui palavras-chave que precisam serem lidas e relidas como: tecnologia; trabalho; sociedade da informação; comunicação global; sociedade do conhecimento, sociedade pós-industrial, dentre outros.

* Aula da Saudade proferida aos Formandos do Curso de Biblioteconomia UFMA semestre 2006.2.

Há que se pensar em que tipo de profissionais desejam ser nesse contexto globalizado da informação, onde, ocorre a formação e estruturação de um revolucionário ambiente de comunicação, com o intenso e contínuo avanço da tecnologia. Portanto, estamos diante da sociedade da informação. Revolução informatizada que permite a interatividade entre as pessoas, que não são mais meras receptoras passivas mas, possuem um caráter de participação efetiva, são criadoras ativas no intercâmbio das informações. A utilização em larga escala dos PC's domésticos permite consultas na Internet em jornais, revistas, músicas, bibliotecas, museus realização de transações bancárias, participação em conferências, etc. e como diz Zeca Baleiro ".... tecnologia existe [...] se você estiver triste delete a tristeza assim e se quiser conversar passe um [e-mail] pra mim [...] Acessando a Internet você chega ao coração da humanidade inteira sem tirar os pés do chão reza o Pai-Nosso em hebraico, filosofa em alemão" ou então, nas palavras do nosso poeta Carlos Drummond de Andrade "mais vasto é agora o mundo (Raimundo) quando se navega pela Internet". E, por ser um canal aberto a todos, instala-se a mais ampla liberdade de expressão que contribui para o enriquecimento científico e cultural e possibilita modificar o curso da história como nos faz lembrar Milton Nascimento e Fernando Brant "Quem perdeu o trem da história por querer, saiu do juízo sem saber, foi mais um covarde a se esconder diante de um novo mundo"

E, nesta perspectiva o profissional bibliotecário não deve perder-se no curso da história mas sim, inserir-se neste mercado competitivo da sociedade pós-industrial onde, o imperativo é a mudança

estrutural na organização e hábitos de vida e de trabalho. Assim, o bibliotecário deverá contar com duas características fundamentais para a produção de trabalho em qualquer projeto profissional, o conhecimento e a criatividade pois o profissional do futuro terá mais sucesso se tiver a formação básica de conhecimentos gerais e a abertura mental decorrente, para a busca dos caminhos possíveis, por caracterizar-se neste quadro o retorno ao trabalho doméstico por meio de infovias, e neste contexto cresce os trabalhos autônomos de consultorias e prestação de serviços dos mais diversos. Nesta perspectiva, é necessário que o bibliotecário conheça o mundo real (aquele em que vive) para que possa prestar serviço de forma significativa no mundo virtual (criativo e imaginativo) para transformar este segundo em ferramenta profissional.

No mundo real encontra-se uma sociedade dicotômica: de um lado – toda a engenharia tecnológica disponibilizada àqueles que podem ter acesso de acordo com o seu poder cognitivo e, do outro – a falta desta para aqueles que estão à margem do processo de desenvolvimento social.

Cabe ao bibliotecário ser mediador nesse processo de busca de igualdades sociais através da principal ferramenta de sua profissão: a informação, para inserir o indivíduo no contexto do mundo conectado para fazer parte dessa cultura planetária e de uma nova personagem histórico que está emergindo, o cidadão do mundo..

Portanto, busquem em suas atitudes pró-ativas e empreendedoras ser esse profissional mediador.

Muito Obrigada.



ENTREVISTA DO PROF. DR. NATALINO SALGADO FILHO
ELEITO PELA COMUNIDADE ACADÊMICA PARA O CARGO DE REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Dados Pessoais:

Filho de Natalino Salgado e Ivete Caldeira Salgado. Natalino Salgado Filho nasceu em Cururupe – Maranhão no dia 25 de julho de 1946. É casado com a médica Bernardete Leal Salgado e pai da Psicóloga Cristiana Leal Salgado e do Farmacêutico-Bioquímico João Victor Leal Salgado. Graduiu-se em Medicina pela Universidade Federal do Maranhão em 1973. Obteve o título de Doutor em Nefrologia pela Universidade Federal de São Paulo em 1994. Sua carreira de gestor de serviços públicos começou em 1980, quando coordenou a implantação da Residência Médica do Hospital do ex-INAMPS no Maranhão. A partir de 1990 dirigiu o Serviço de Nefrologia do Hospital Universitário.

Atividades atuais:

Professor Associado do Departamento de Medicina da UFMA; Diretor Geral do Hospital Universitário; Membro do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UFMA); Membro do Conselho Superior do UFMA (CONSUN); Membro da Diretoria Nacional da Associação Brasileira dos Hospitais Universitários e de Ensino (ABRAHUE); Vice-Presidente da Associação Brasileira de Nefrologia; Membro da Rede Nacional de Tele Medicina (MCT/MEC); Membro do Comitê de Implantação do Centro de Pesquisa Clínica.

Outras Atividades Realizadas:

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Materno Infantil/UFMA; Participou ativamente da grande mobilização do Curso de Medicina para a criação do Hospital Universitário; Presidente da Comissão de Implantação dos Programas de Residência Médica e Multiprofissional; Fundador e Presidente da Sociedade Maranhense de Nefrologia (SBN-MA); Membro Titular da Sociedade Brasileira de Hipertensão Arterial e da Sociedade Internacional de Nefrologia; Membro do Conselho Gestor para Implantação da Rede Universitária de Tele Medicina (RUTE/MCT); Membro da Academia Maranhense de Medicina; Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; Foi pioneiro na utilização do primeiro rim artificial no Maranhão.

Possui livros e artigos publicados em revistas, periódicos, anais e capítulos de livros. É autor e co-autor de vários projetos de pesquisas.

Honrarias Recebidas:

Título de Cidadão de São Luís (Câmara Municipal de São Luís); Medalha "Simão Estácio da Silveira" (Câmara Municipal de São Luís); Medalha "Alferes Moraes Santos" (Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão); Medalha "Amigo da Marinha" (Marinha do Brasil) e Medalha "Jairo Ramos (Estado de São Paulo)

ENTREVISTA**1) O que levou o Sr. Dr. Natalino Salgado à sua candidatura de reitor da UFMA?**

Na minha trajetória pessoal, profissional e administrativa tenho sido um trabalhador incansável, um idealizador obstinado, um sonhador cheio de esperança, o que me permite transformar sonhos em objetivos, objetivos em metas e metas em realizações. A avaliação que a comunidade faz sobre a minha atividade como médico, professor, pesquisador e administrador universitário é bastante positiva. Por isto mesmo não me candidatei ao Cargo de Reitor da UFMA movido por sentimento de vaidade ou pelo desejo de realizar um projeto pessoal. Sempre compartilhei com muitos colegas das mais diversas áreas acadêmicas idéias e preocupações sobre os destinos da UFMA. Antes de ser deflagrado o processo sucessório na Universidade Federal do Maranhão, fui procurado por professores, alunos e servidores da UFMA, que auscultaram informalmente a comunidade universitária e a opinião pública e sentiram a receptividade do meu nome para Reitor. Não pude fugir a esse apelo e a esse grande desafio, porque tenho que retribuir a confiança, o respeito e o respaldo desses fortes segmentos representativos da UFMA e da sociedade. Tenho convicção que estou preparado e que a experiência bem sucedida no Hospital Universitário valer-me-á como referência para um trabalho mais abrangente nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

2) O Sr. Dr. Natalino Salgado continuará a política de governo do antigo Reitor ou terá mudanças profundas no novo Governo. Quais são elas?

Não se dirige uma instituição pública com um projeto pessoal. A UFMA tem diretrizes e compromissos institucionais que devem ser respeitados. O que tem dado certo será aperfeiçoado. Mas temos propostas inovadoras que conduzirão a UFMA pelos caminhos da

modernidade e da eficiência visando atender os anseios e expectativas da comunidade e o desenvolvimento do Estado. As mudanças que se tornarem necessárias serão feitas com responsabilidade visando adequar a Universidade a este novo momento, a exemplo do que vem sendo realizado no HU..

3) Dr. Natalino Salgado, quais as suas expectativas diante da atual posição de novo Reitor da UFMA?

Vejo a Universidade como uma Instituição que tem o saber como centro nuclear. Entretanto, a UFMA não pode ficar alheia aos problemas enfrentados pela sociedade que a mantém por meio do pagamento dos seus tributos. Não é por acaso que as Nações mais desenvolvidas investiram em suas Universidades. É nelas que estão os espaços sociais de criação do conhecimento, da cultura, da ciência, da tecnologia, do desenvolvimento e do humanismo. A UFMA tem pressa de cumprir com excelência sua missão institucional de gerar, ampliar e difundir idéias, conhecimentos e valores capazes de contribuir para a transformação da sociedade no contexto do desenvolvimento humano, científico, tecnológico, econômico e social. Temos uma equipe de transição em plena atividade encarregada de elaborar o diagnóstico da real situação da UFMA, com vista a um planejamento estratégico participativo e transparente em sintonia com a comunidade universitária e a sociedade.

4) Sabe-se que a estrutura do Campus da UFMA não oferece muita segurança. O Sr. Dr. Natalino Salgado tem algum projeto específico para esse problema?

O crescimento dos índices de violência no país é bastante preocupante. Os campi universitários, que concentram grande e intensa movimentação humana e um valioso patrimônio, não estão imunes a este grande problema, que tem no fator social um de seus principais

componentes. No Campus do Bacanga, por exemplo, a questão é mais grave e complexa. Por ali transitam a comunidade universitária, moradores de bairros circunvizinhos e transporte coletivo. São necessárias estratégias adequadas e atitudes coerentes enérgica para o enfrentamento deste problema. A nossa proposta de gestão inclui modernas e eficientes ações de segurança visando a assegurar a integridade da comunidade e a defesa do patrimônio público, buscando parcerias com os órgãos de segurança pública e a elaboração de um Plano Diretor que reoriente a utilização do espaço físico do Campus.

5) O Sr. Dr. Natalino Salgado pode nos adiantar algum Projeto que melhore as condições dos Centros de Ciências Humanas e Sociais?

A proposta de trabalho que defendemos em Campanha tem a intenção de estimular o debate na UFMA para a revisão coletiva do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional (PED) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), os quais necessitam da colaboração e da participação de todos os segmentos da UFMA em sua construção. Um dos pontos do Eixo Administração abre espaço para Ações Político-Institucionais e, dentre estas, a Elaboração, em conjunto com a Comunidade Universitária, do Plano Estratégico da Universidade com Planejamento, Gestão Administrativa e Financeira compartilhada com os Centros, Departamentos e demais segmentos da UFMA. O segmento Infra-Estrutura, entre outras, prevê melhoria das instalações físicas, aquisição de novos equipamentos e plano de manutenção, melhoria da oferta de recursos áudio-visuais e multimídia, visando às atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas pela UFMA. Os Centros de Ciência Humanas e Sociais trarão suas necessidades e suas propostas discutidas, analisadas e incluídas no Planejamento Global da UFMA.

6) De que forma o Sr. Dr. Natalino Salgado pretende atuar com os coordenadores do Curso de Biblioteconomia para ajudar de certa forma o curso?

O Curso de Biblioteconomia é um dos mais importantes da UIFMA. Possui excelentes professores que têm formado profissionais de reconhecida competência técnica e acadêmica. A Biblioteconomia é uma área de conhecimento extremamente especializada que exige conhecimentos específicos e interação com outras áreas que processam e disponibilizam informação. Um administrador público não é auto-suficiente nem polivalente para dirigir e tomar decisões sozinho. Não posso prescindir dos Coordenadores, dos professores, dos alunos e de outros colaboradores até porque a gestão será participativa, transparente e democrática buscando sempre interagir com a comunidade.

7) O que o Sr. Dr. Natalino Salgado, achou do novo layout da Biblioteca Central? Tem alguma crítica a fazer? Ou algum projeto específico para ela?

Uma Biblioteca é fonte de conhecimento e de informação. Reconheço que houve melhorias no visual, no sistema de climatização e no espaço para o estudo individual. Mas o sistema de acesso à base de dados frequentemente está fora do ar. Há necessidade de investimentos em conjunto com outras ações programáticas comuns a todas as áreas da UFMA e, especificamente, na ampliação do acervo e melhoria da infra-estrutura do sistema de biblioteca, inclusive em todos os Campi Universitários.

8) Sabe-se que as gráficas universitárias é que fazem a circulação de informações necessárias para várias áreas dentro da instituição, além de promover os trabalhos acadêmicos dentro e fora das mesmas. Levando isso em conta, o Sr. Dr. Natalino Salgado conhece a realidade gráfica da UFMA e pretende reativá-la a todo vapor?

A produção científica de uma universidade é um valioso patrimônio, um instrumento de desenvolvimento cultural, um legado de conhecimentos para a comunidade universitária e para a sociedade. Temos uma política institucional para o setor que contempla a reestruturação do Sistema de Comunicação da UFMA que tem planos para o fortalecimento da Rádio Universidade e da Gráfica da UFMA, criação da TV Universidade e de uma rede intranet.

Para atingirmos essa meta estamos realizando um diagnóstico situacional e estrutural da UFMA, que nos possibilitará enfrentar esses problemas e planejar alternativas exequíveis.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA BIBLIOMAR

A REVISTA BIBLIOMAR publica artigos, relatos de experiências, resenhas, resumos e informes pertinentes à área de Biblioteconomia, cabendo ao seu Conselho Editorial a decisão final sobre a publicação. O simples envio de originais, não significa que seja publicada autorização do autor para sua publicação. A Revista Bibliomar exime-se do pagamento dos direitos autorais ou fornecimento de separatas.

Normas para Apresentação de trabalhos

1. Os originais entregues à Comissão de Captação de Originais serão apreciados, selecionados e aprovados pelo Conselho Editorial.
2. O texto não deve ser paginado, possuir no mínimo 3 pág., incluindo o resumo e a referência.
3. Em folha à parte o(s) autor(es) deverá(ao) apresentar as seguintes informações: nome completo do(s) autor(es), qualificação acadêmica, instituição vinculada, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato.
4. Os artigos deverão ser redigidos em português, digitados em papel branco A4 (21,0 cm x 29,7 cm) no programa "Word for Windows", com uso da letra no formato Arial, em espaço 1,5 entrelinhas, fonte tamanho "12" para o texto e tamanho "10" para citações longas e notas de rodapé. Devem assegurar a padronização obedecendo a NBR 14724/2002, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) às margens:
 - superior: 3,0 cm;
 - inferior: 2,0 cm;

- esquerda: 3,0 cm;
 - direita: 2,0 cm;
 - parágrafo: 2,0 cm a partir da margem esquerda;
 - citação longa: recuo de 4,0 cm da margem esquerda.
5. O original, deverá ser acompanhado de 02 vias impressas acompanhadas do respectivo disquete com identificação do autor (ou autores, se for o caso) e título do trabalho.
 6. A primeira página deve conter as informações na seguinte ordem:
 - a) Título do trabalho em negrito e subtítulo centralizado, se houver;
 - b) Nome(s) do(s) autor(es) seguido(s) de asterisco(s), remetendo para o rodapé da página, a qualificação acadêmica, instituição a que está vinculado;
 - c) Resumo informativo de até aproximadamente 150 palavras em português, acompanhado das palavras-chave que identifiquem o conteúdo; d) Tradução do respectivo resumo e palavras-chave (fonte 10, espaço simples entrelinhas) após as resumo em português para efeito de praticidade e recuperação eficaz da informação.
 7. Os títulos das tabelas e quadros devem ser numerados consecutivamente em algarismos arábicos. Esses algarismos devem vir acima das ilustrações seguidas dos respectivos títulos, apenas com a inicial maiúscula. Quando as tabelas e quadros são transcritos, devem se colocar abaixo uma legenda indicando a fonte.
 8. Sempre que for mencionada uma citação no texto indica-se a fonte consultada. Para efeito de padronização seguir a NBR 10520/2002, da ABNT seguindo o sistema autor-data, remetendo-se para a Referência, ficando o rodapé para as notas.

9. As referências devem ser elaboradas obedecendo ao disposto na NBR 6023/2000 da ABNT, ora em vigor. Todo autor citado no texto deverá constar em uma lista chamada Referência, em ordem alfabética pelo sobrenome do autor.

Observação: Os autores dos artigos publicados receberão certificados.

Endereço para o envio de original:

Universidade Federal do Maranhão

Centro de Ciências Sociais

Curso de Biblioteconomia Disciplina: Política Editorial

Revista BIBLIOMAR

Campus Universitário do Bacanga Av. dos Portugueses, s/nº

São Luís Maranhão

CEP: 65.080-040



Comissão Editorial



Comissão de Patrocínio



Comissão Captação de Originais



Comissão Comunicação e Divulgação



Comissão de Finanças



Comissão de Comercialização



**Profª Ms. Rita Gonçalves Marques Portella
Ferreira
Professora da disciplina Política Editorial**

Criada, em 2002, a revista BIBLIOMAR tem por finalidade de atuar como laboratório para as práticas da disciplina Política Editorial e como canal para divulgação da produção acadêmica dos alunos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.

Trabalhamos para planejar, produzir e gerenciar suas comunicações impressas, permitindo assim o cumprimento de suas metas com mais eficiência.

Folder	Flyer
Catálogo	Cartazes
Revista	Capas de CD/DVD
Folheto	Informativos
Envelope	Capas de Livros
Mala Direta	Plastificação
Cartões de Visita	Banners
Adesivos	Calendários...

**fotolito em
formato 1/2 folha**



Rua Jacinto Maia - 278 - Centro
São Luís - MA - Cep.: 65010-280

Fone/Fax: (98)3232 2815 - e-mail: graficajk@uol.com.br